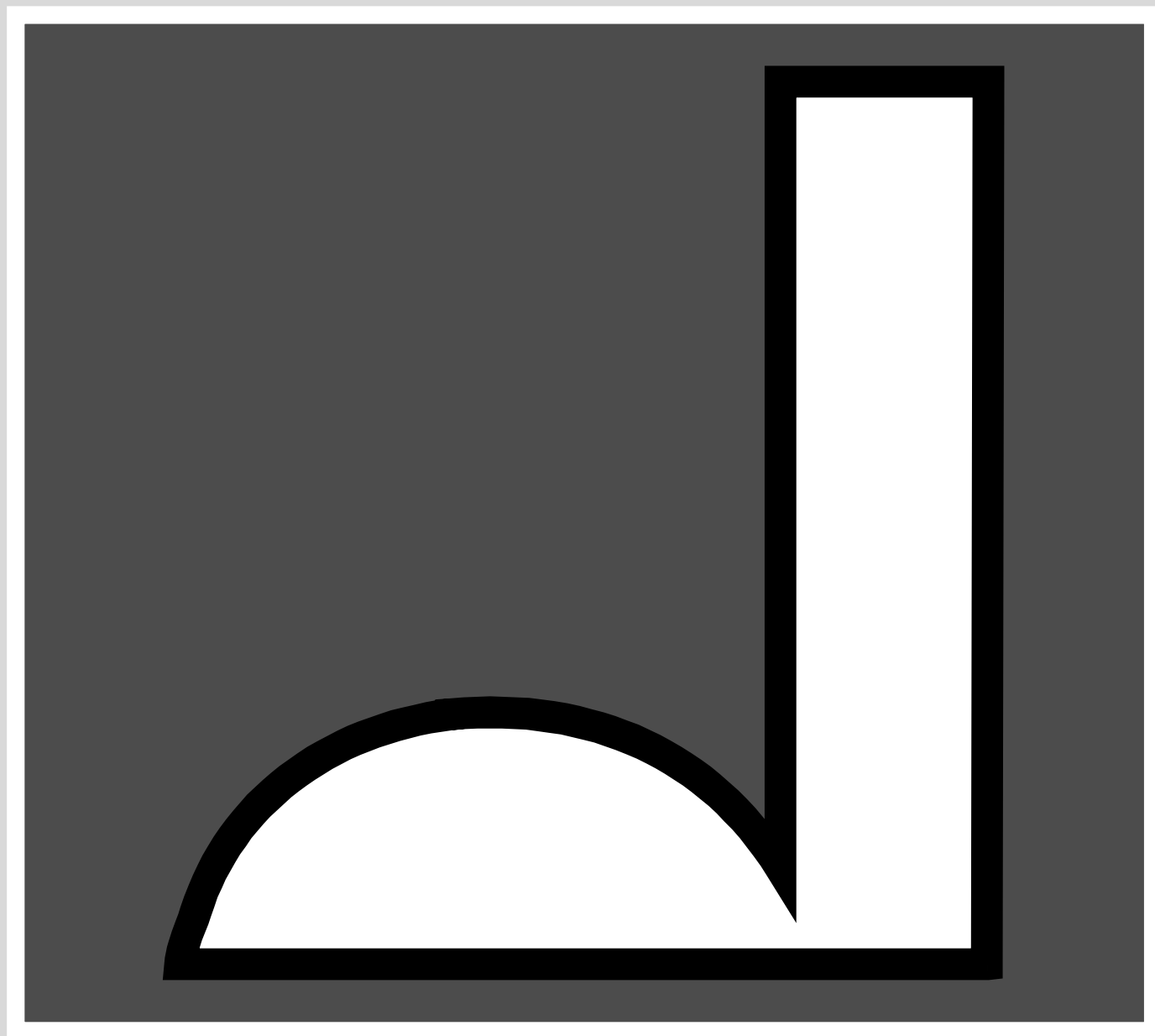




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 006 - SÁBADO, 10 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 6ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *TIÃO VIANA* – Elogios ao programa Saúde da Família, implantado pelo Governo do Acre há mais de um ano. Importância da parceria do Governo daquele Estado com o Ministério da Saúde. Inovação da iniciativa da formação de profissionais de saúde, com a implantação de cursos de pós-graduação no Acre. 00550

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Preocupação com a dengue na região de Tucuruí – PA. Críticas à decisão do Governo Federal que pretende privatizar parte da Eletronorte, consequentemente, a Hidrelétrica de Tucuruí. 00553

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Defesa do fim do horário de verão, destacando como solução para a demanda de energia elétrica o uso alternativo da energia solar. 00559

SENADOR *CARLOS WILSON* – Repúdio à paralisação das obras do Programa Luz no Campo em Pernambuco. Apelo aos órgãos competentes para esclarecimento sobre a não aplicação dos recursos liberados para a Companhia Elétrica de Pernambuco – CELP, no início do ano passado, para execução do programa. 00563

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Críticas pelo desequilíbrio orçamentário dos países com regimes neoliberais, sustentando a impossibilidade do pagamento da dívida externa pelo Governo brasileiro. Expectativas sobre o mandato do presidente norte – americano George W. Bush. Elogios pela aprovação do projeto de lei que proíbe a publicidade de cigarro em locais públicos. ... 00568

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Registro da realização de sessão solene na Câmara dos Deputados, ontem, em homenagem ao Dia do Aposentado. Apelo ao Governo Federal para a criação de programas e políticas públicas, visando à reinserção dos aposentados na vida econômica e social do País. Elogios ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e aos Presidentes do Senado

Federal e da Câmara dos Deputados na questão da crise comercial com o Canadá. 00570

1.2.2 – Ofício

Nº 17, de 2001, de 31 de janeiro, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.138-3. .. 00573

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 12, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Melo, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À mesa para decisão. 00573

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMEU TUMA* – Homenagem à cidade de São Paulo pelo transcurso de seu 447º aniversário. 00574

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Congratulações ao Governo do Tocantins, pela iniciativa de investir recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT na educação e qualificação profissional de quinze mil trabalhadores no Estado. . 00575

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 8 de fevereiro de 2001. 00576

3 – ATO DO DIRETOR – GERAL

Nº 124, de 2001. 00577

Nº 1.285, de 2000, referente ao servidor Cyro Pereira da Silva Portocarrero. (Republicação). . 00579

Nº 1.303, de 2000, referente à servidora Anna Carolina R. de L. Castro. (Republicação). 00580

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 9 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Ademir Andrade, Tião Viana

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, aproveitando a oportunidade para parabenizar o companheiro, em nome da Mesa e dos funcionários da Casa, pelo seu aniversário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT–AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ademir Andrade, agradeço a manifestação de carinho e generosidade da Mesa, dos amigos e dos funcionários da Casa.

Trago uma notícia positiva do Acre: a cada dia consolida-se mais a parceria do nosso Governo com o Ministério da Saúde, que tem tratado com sensibilidade o setor de saúde do meu Estado.

Estamos saindo de uma fase difícil, que foi a epidemia de dengue ocorrida em função de um descontrole da doença no país vizinho, a Bolívia, e também em Rondônia. Dessa forma, fomos o último Estado a ter uma epidemia dessa doença no Brasil. No entanto, a parceria com o Ministério da Saúde, a política bem definida do Governo do Estado e a cobrança de responsabilidade e a parceria com os Municípios permitiu que o Estado, com êxito, enfrentasse a epidemia de dengue.

Fico feliz em anunciar que estamos dando passos muito importantes na formação de profissionais de saúde, no sentido de educação continuada e até de pós-graduação. Posso assegurar que nenhum Estado brasileiro cresceu tanto na área de formação em saúde, nesses últimos dois anos, como o Acre.

Nunca tínhamos tido um curso de pós-graduação na área de saúde no Acre. Hoje, há a expectativa de termos 65 vagas para mestrado nas áreas de gerenciamento em políticas de saúde, saúde e ambiente, medicina tropical e na área de saúde com concentração em clínica. Contamos com o apoio do Ministério da Saúde, de modo especial do Ministro

José Serra, da equipe do Secretário de Política Especial, Dr. Cláudio Duarte e, também, do Dr. Renilson e do Dr. Mauro Ricardo, da Fundação Nacional de Saúde.

É muito importante que um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores, um partido que não é aliado ao Governo Federal, encontre num setor do Governo Federal respeito e consideração, demonstrando que é possível se fazer uma parceria responsável, uma política pública verdadeira, para construção de um novo modelo.

Em consequência dessa parceria, conseguimos implantar uma ação do programa mais importante de saúde pública já surgido neste planeta, inspirado nos modelos cubano e inglês, que é o Programa Saúde da Família. Hoje, a cobertura do Programa Saúde da Família atinge 25% da população do Estado. Ou seja, uma equipe de saúde da família, formada por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes, faz a cobertura de uma média de 3.400 pessoas, numa microrregião urbana, e tem tido um resultado fantástico.

Trouxemos a solidariedade do Programa de Saúde da Família de Cuba e a levamos a 15 dos 22 Municípios do Estado. Desde que foi implantado, há um ano e quatro meses, nas áreas onde o Programa se concentra, a mortalidade em menores de 12 anos chegou basicamente a zero.

Emociona-nos ver um médico chegar a um bairro dos mais humildes de uma microrregião, onde as condições urbanas são desfavoráveis, nos grotões de dificuldades socioeconômicas, tirar o sapato, subir ao seu ambiente de trabalho de pés descalços – lembrando aquela tese antiga dos médicos de pés descalços da China –, e atender de casa em casa as mulheres grávidas, as crianças subnutridas, as pessoas de mais idade, enfrentando o que poderia ser chamado de a "revolução do simples".

O Brasil precisa abrir os olhos para a atitude dessa natureza. Com uma simples política de saúde pode-se revolucionar o País, reduzindo a mortalidade infantil, alcançando maior cobertura na expectativa de

vida, dando condições às unidades hospitalares que atuam em área de maior complexidade de ficarem mais desafogadas, menos comprometidas com a demanda desnecessária para que possam, assim, trabalhar com mais eficiência e qualidade.

É uma marca do Governo Jorge Viana a implantação do mais ousado programa de saúde da família do Brasil, com cobertura de 25%, que pretende chegar a 50% da população do Estado ainda no exercício de 2001, por meio das parcerias com os Governos Municipais.

O outro alcance é a formação da área de pós-graduação no Estado. Estamos criando um grande alicerce para implantação de uma solução definitiva para o problema da falta de médico na Amazônia. No Brasil, há 1.200 Municípios sem médicos. Uma situação trágica, que deixa a população dos Municípios mais pobres totalmente desamparada.

No Acre, quase 100% dos Municípios contam com médicos, mesmo que não seja em período integral e definitivo, mas apenas profissionais visitantes. Esperamos, ainda este ano, alcançar a meta de 100%. Essa é mais uma parceria do Ministério da Saúde, que implantou, por meio da Secretaria de Política Especial, o chamado Programa de Interiorização de Trabalho em Saúde – PIT. Nesse Programa, prevê-se uma bolsa do CNPq, moradia, condições salarial e um curso de especialização para os médicos recém-formados. Dessa forma, eles poderão se fazer presentes nos 1.200 Municípios brasileiros que não têm profissional médico hoje. Depois de um ou dois anos de trabalho, obterão o título de especialista na área de saúde pública, podendo plenamente cumprir um papel que justifique a sua formação e os seus sonhos de muito bem servir a comunidade.

Trata-se de atitudes simples, mas que têm um alcance social profundo. São nove os nossos Municípios que têm uma carência maior da presença de profissionais médicos. O Ministério da Saúde afirmou a parceria e vai pagar um salário de R\$4.500,00, que será complementado pelo Governo do Estado. Desse modo, vamos beneficiar a população que vive a grande aflição de não ter um médico permanente no seu seio comunitário, evitando, assim, doenças que levariam à mortalidade e consequências desnecessárias de agravo à saúde, como doenças de transmissão hídrica, diarreicas, respiratórias e demais doenças comuns que afligem a população brasileira que possui uma desfavorável condição socioeconômica.

O Brasil precisa seguir bons exemplos. O nosso alicerce na área de implantação do Programa de Saú-

de da Família, na formação de profissionais com pós-graduação, da ordem de 65 profissionais neste ano, e a implantação do Programa de Residência Médica, reconhecido pelo Ministério da Educação, que forma especialistas nas áreas de Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Saúde da Família ou Medicina Geral ou Comunitária, permite que possamos, no mês de julho, agora, numa parceria com a Universidade de Brasília, com a Universidade Federal da Bahia e, posteriormente, com a Universidade de São Paulo, implantar um curso exemplar de formação médica na Amazônia, voltado para o terceiro milênio. Não se trata de um curso tradicional, de um modelo que venha a copiar fracassos de conteúdo pedagógico, de árvore curricular que não tem dado certo no Brasil, que forma profissionais com uma visão mercantilista, mas sim de um modelo curricular, que já passou sob o crivo do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Educação, que vai tentar formar um médico com a visão holística, com a visão de Amazônia, das peculiaridades de saúde pública para aquela região, permitindo, assim, uma intervenção direta em relação aos agravos que afligem a população de baixa renda. É o que chamamos de "a revolução dos simples". Trabalhando de maneira simplificada, com a tecnologia que é permitida para aquela região, podemos fazer uma revolução em favor da qualidade de vida e em respeito ao ser humano. Com relação aos casos mais complicados, estamos vinculando linhas de cooperação com Unidades Federadas de maior recurso de complexidade, às quais essa população terá acesso.

Então, o currículo médico vai permitir uma formação profissional humanista desde o primeiro ano. Em vez de o aluno, o futuro profissional, ao entrar, começar a estudar o olho, o ouvido, uma parte do cérebro, ele vai para a comunidade pobre, para a periferia, onde está o sofrimento socioeconômico e humano da população, fazer um estudo epidemiológico, estatístico, entender a condição de vida da população brasileira no seu sentido pleno. Daí, ele angaria sentimento, angaria um componente ético na sua formação e começa a ter uma ação integrada do ponto de vista da tecnologia, tendo cadeiras como as de Anatomia, Histologia, Microbiologia, Patologia, evoluindo para as áreas de clínica plena, como é todo o currículo médico brasileiro. Eu diria que se trata de uma atitude inovadora, um currículo inspirado num modelo canadense, num modelo americano, que inverte hoje o que foi, em 1923, a chamada "visão do ultraespecialista", do chamado "Relatório Flexner", que tentava ver o ser

humano não como um ser integral, mas em compartimentos, em que um estudava a mão, o outro estudava o olho, o outro estudava o fígado, e não se via o ser humano de maneira holística. Isso foi quebrado, esse modelo fracassou, faliu com a política de saúde americana, que é a mais cara do planeta, e mostrou que é possível, vendo o homem de outra maneira, fazer-se uma formação médica que permita uma intervenção naquilo que é a evidência da sociedade e do sofrimento da população.

Portanto, cumprimos, de maneira ousada e corajosa, essa visão curricular. A comissão de alto nível de professores doutores do Brasil inteiro, que foi escolhida junto com a Universidade de Brasília, visitou o Acre e deu-nos a notícia alegre de que esse é um currículo à altura do terceiro milênio, que vamos começar. Ele não copia modelos fracassados, ele diz não a modelos de ultraespecialistas e diz sim à evidência clínica que atinge a sociedade brasileira. Essa é uma notícia que nos traz muita alegria.

Estamos provando também que é um erro dizer que não é preciso mais faculdade de medicina neste País. Há grotões de abandono de profissionais de saúde no Brasil. São 1.200 Municípios neste País que não dispõem de médico para atender a população pobre. Temos uma desconcentração absurda de profissionais médicos na Amazônia. Para uma população da ordem de 20 milhões de habitantes, temos apenas dois cursos no Pará, um curso em Roraima e outro curso no Amazonas, o que é uma situação absurda, pois força estudantes do Acre, de Rondônia e de outros Estados do Brasil e da Amazônia Legal a se dirigirem para uma formação – aí sim, que deixa dúvidas quanto à sua qualificação – na Bolívia e no Peru, que, infelizmente, não têm um nível de formação como imaginamos ser necessário para o nosso País.

Quando se busca qualidade, quando se busca agir com responsabilidade, é possível acreditar, ter alta estima, por mais que não sejamos uma Unidade Federada com a receita, com a pompa econômica de Estados como São Paulo, Minas Gerais, de que seremos capazes de formar profissionais à altura do que a sociedade espera e, finalmente, estarmos inseridos nos desafios do terceiro milênio: o desafio da biotecnologia, que está hoje na Amazônia como um corredor para o terceiro milênio; o desafio do patrimônio genético, que está na Amazônia e precisa ser estudado e contribuir com o planeta inteiro; e o desafio de não se fazer política com os olhos voltados para o econômico, mas com os olhos voltados para o desenvolvimento humano, associado ao desenvolvimento socioeconômico.

Os nossos desafios na área de saúde pública são profundos. O setor ainda paga o preço da dificuldade de uma organização mais qualificada; ainda não se dá o carinho necessário que a população pobre precisa quando chega em uma unidade de saúde; ainda há falhas na hora de um sistema de referência, contra-referência e hierarquização. Essa é a realidade de todo o Brasil. Vale lembrar que São Paulo tem milhões de habitantes que ainda não têm acesso a um leito hospitalar, que o Rio de Janeiro paga preços enormes nas consequências desfavoráveis de um modelo de saúde pública que precisa também ser revisto. O nosso passou por esse crivo de avaliação, de crítica, de busca de qualidade, e os passos estão sendo dados. O Ministério da Saúde já sinaliza com enorme respeito para o que se está tentando construir como um modelo alternativo, simplificado. Se houver parceria, seremos capazes de construir um modelo muito favorável.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, afirmando que é possível construir política de saúde neste País, apesar da dificuldade orçamentária que enfrenta o setor de saúde – e aí lamentar o exemplo: ao Ministério da Saúde são destinados cerca de US\$10 bilhões como orçamento e receita anual para investimento, montante que representa apenas o custo do governo americano com uma doença chamada "choque infeccioso", que se constitui na maior causa de mortalidade dentro dos Estados Unidos e aflige as unidades de terapia intensiva. Vejam que disparidade e desproporção: o gasto americano com apenas uma doença corresponde ao mesmo valor do orçamento destinado ao Ministério da Saúde do Brasil para cuidar de todo o sistema hospitalar, de todas as suas doenças, endemias e ação preventiva. Mas, com esse pouco que temos, se otimizarmos, trabalharmos em parcerias responsáveis atingindo metas bem-estabelecidas com ação fiscalizadora, seremos capazes de mudar a realidade da saúde no Brasil, de maneira simples, ousada, olhando para cada centavo do recurso público como uma unidade capaz de salvar vidas e contribuir com o novo modelo de cidadania no País.

Era o que tinha a dizer e agradeço a V. Ex^a o gesto de generosidade.

O Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a pela sua atuação política, pelo seu desempenho, pelo seu pronunciamento no dia de hoje nesta Casa, demonstrando que, mesmo sendo Governo do PT, um governo de oposição ao Governo Federal, é possível encaminhar e resolver problemas na área de saúde.

Invejo V. Ex^a, invejo o povo do Estado do Acre por esse sucesso na administração no que se refere à melhoria da qualidade de vida do povo daquele Estado. E aproveito para compartilhar com V. Ex^a, que é médico, uma pessoa ligada à área da saúde, a situação terrível que está acontecendo no meu Estado do Pará, governado pelo ex-Senador Almir Gabriel, também médico. Estamos vivendo um momento de terrível calamidade com a dengue.

Existem cidades, como Tucuruí, onde - a impressão que tenho - toda a população, sem exceção, está contraindo a dengue. Não sei se isso é normal. Tucuruí é uma cidade com a qual tenho uma ligação muito próxima, foi lá que comecei a minha vida política e onde tenho propriedades. Mantenho contato permanente com o povo daquela cidade, comunico-me com quatro ou cinco famílias de Tucuruí diariamente por telefone e estou completamente assustado, para não dizer apavorado, com a informação de que todas as famílias estão com dengue, os hospitais estão lotados, as pessoas estão tomando soro para se recuperar da doença. Não sei se isso é normal, mas nunca vi nada igual na minha vida.

Tenho a impressão de que 100% da população de Tucuruí está contraindo a doença. Faço essa manifestação porque não tenho visto a imprensa do Pará divulgar o estado de calamidade que estou vendo naquela cidade. Gostaria que o Ministério da Saúde, que o próprio Governador do Pará voltassem os olhos para o assunto, que a imprensa do meu Estado fosse a Tucuruí e às cidades vizinhas para verificar exatamente o que está acontecendo. É realmente assustadora a situação pela qual estão passando aquelas pessoas.

Mas assomei à tribuna também para tratar de um assunto que considero da maior gravidade: a recém-anunciada decisão do Governo de reformular, agora não mais cindir, a Eletronorte. Sei que um pronunciamento de improviso, a fala direta é mais interessante, mas vou optar pela leitura de um discurso que elaborei, para o qual pediria a máxima atenção da Casa e de quem nos ouve. A denúncia que trago é extremamente grave. Diria que estamos prestes a as-

sistir um ato de canalhice do Governo Federal, a um ato de lesa-pátria. Considero de absoluta irresponsabilidade o desejo do Governo de vender a qualquer custo a hidrelétrica de Tucuruí.

Acredito que o povo, os Parlamentares, a sociedade deveriam se mobilizar para impedir esse crime, esse ato de canalhice que está desejando cometer o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não sei se o próprio Presidente tem conhecimento dos fatos que aqui vou relatar. Não sei de onde parte o desejo terrível de praticar esse mal contra nosso País, de cometer essa irresponsabilidade. De qualquer forma, tenho que usar de termos duros para ver se chamo a atenção do próprio Presidente da República.

Relembro, aqui, o caso da mudança do nome da Petrobras. O Presidente da empresa quis alterar o nome para Petrobrax. Houve uma reação nacional, por parte da imprensa, dos articulistas. E o Presidente Fernando Henrique determinou que o Presidente da Petrobras voltasse atrás nessa pretensão incompreensível, que significaria um gasto de R\$50 milhões. O Presidente da República assumiu a responsabilidade de mandar engavetar esse projeto tão inexplicável.

Então, espero que, com o meu pronunciamento e com a análise que pretendo fazer dessa questão tão importante, o Presidente possa se conscientizar e impedir esse ato de canalhice que pretendem perpetrar setores do Governo Federal e que não sei exatamente quais são.

Vou ler pausadamente, com muita atenção, por considerar o conteúdo desse pronunciamento da maior importância para os interesses da Nação e, especialmente, para os interesses da nossa região.

Na semana passada estive nesta tribuna tratando de um assunto de muita importância para o meu Estado do Pará e para toda a região Norte, assim como para o Centro-Oeste e todo o País. Tratei do atraso no cronograma da construção das eclusas de Tucuruí - cidade atacada pela dengue -, principal obra da hidrovia Araguaia/Tocantins, que possibilitará o escoamento da produção agrícola, especialmente das regiões Centro-Oeste e Norte, para o hemisfério norte, baixando custos e consequentemente possibilitando um aumento significativo nas exportações brasileiras, que é atualmente o principal gargalo da nossa economia.

Hoje volto a tratar de matéria também relacionada à Região Norte. Refiro-me à reestruturação do setor elétrico da Amazônia e a intenção do Governo de privatizar a hidrelétrica de Tucuruí. Assunto este da

maior gravidade, pois se o Governo Federal prosseguir no que está pretendendo, as conseqüências serão desastrosas e os prejuízos incalculáveis para a região amazônica.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero iniciar chamando a atenção para a incoerência do Governo Fernando Henrique Cardoso, que tomou para si a decisão de privatizar praticamente todo o Estado brasileiro; já privatizou todo o sistema de telecomunicações, as siderúrgicas, as mineradoras, as distribuidoras de energia da quase totalidade dos Estados brasileiros e, agora, quer privatizar o sistema de geração de energia em todo o território nacional, inclusive grandes usinas hidrelétricas, que até nos Estados Unidos, o maior país capitalista do Planeta, são estatais, ou melhor, são controladas pelo exército americano.

Veja a incoerência, Sr. Presidente: aqui se privatizam e, nos Estados Unidos, o mais forte país capitalista, as hidrelétricas são controladas pelo exército americano.

Os americanos sabem que quem detém a propriedade das hidrelétricas acaba tendo o controle das águas, um bem de valor imensurável e que não pode ficar nas mãos da iniciativa privada. Só não privatizará Itaipu, porque é uma empresa binacional – Brasil/Paraguai –, e a Eletronuclear, detentora de ativos nucleares, porque a Constituição não permite.

Ora, se o Governo quer vender o patrimônio do povo brasileiro, uma pergunta devemos fazer: porque o Governo está construindo, com recursos próprios, a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí? Se é para privatizar, se é para usar o princípio de que tudo deve pertencer à iniciativa privada, ao capital privado, como se justifica que o Governo Federal se encontre neste momento investindo cerca de R\$2 bilhões para construir a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí? Como explicar isso? Se houvesse um mínimo de coerência na atitude do Governo, teria concedido à iniciativa privada o direito de construir a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí, mas com os seus próprios recursos. Nem isso o Governo Fernando Henrique conseguiu.

Quem teria maior interesse na construção da segunda fase seriam as indústrias de eletrointensivos: Albrás/Alunorte, em Barcarena; e Alcoa, no Maranhão. Essas duas empresas, sozinhas, consomem 40% da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí hoje, porque são indústrias de eletrointensivos, que transformam a bauxita em alumina e, posteriormente, obtêm o alumínio.

Segundo informações que temos, apenas essas duas indústrias de eletrointensivos – olhem o absurdo do Governo Federal! – têm um subsídio de US\$200 milhões/ano. São R\$400 milhões/ano que o Governo brasileiro concede de incentivo às indústrias de alumínio de Barcarena, no Pará, e a Alcoa, no Maranhão. Quatrocentos milhões de reais dados de graça a essas empresas em incentivo! O custo da energia é um, e eles pagam R\$400 milhões a menos pela energia que consomem. O produtor brasileiro, o industrial brasileiro, o cidadão brasileiro não tem, lamentavelmente, um incentivo dessa espécie.

O Governo, segundo informações, até tentou fazer com que essas indústrias de eletrointensivos, de alumínio basicamente, construíssem, com os seus próprios recursos, a segunda fase da hidrelétrica – porque esses subsídios, pelo contrato com o Governo, vão até o ano 2004. Não conseguiu, até porque que motivação as empresas teriam para fazer investimentos maciços, se têm recebido tantas facilidades por parte do Governo?

Imagine V. Ex^a: vamos gastar R\$2 bilhões para construir a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí; estamos realizando a obra com recursos próprios. O Governo poderia ter passado à iniciativa privada a construção da hidrelétrica e, com os recursos de cinco anos de incentivos que estão sendo dados à Albrás/Alunorte e à Alcoa, no Maranhão, não gastaríamos um centavo para realizar a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí. Veja V. Ex^a os absurdos!

O Governo não conseguiu que as empresas privadas construíssem. Claro! Elas querem comprar de graça, já pronto. "Usamos o dinheiro do povo e, depois, eles com pram de graça". E como a obra precisa ser realizada, o Governo a está construindo com recursos próprios.

Salvo engano, Sr. Presidente, até que eu tenha outra informação, nem sequer está-se tomando dinheiro para se fazer essa segunda etapa. A segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí está sendo realizada com recursos próprios da Eletronorte – pelo menos foi assim no ano 2000.

Ora, isso demonstra uma total e absoluta incoerência. Se vamos vender, por que estamos gastando para fazer e, depois, entregar praticamente de graça? O Governo brasileiro está investindo para que a iniciativa privada possa auferir maiores lucros. E isso é um absurdo!

Tenho também informações de que a hidrelétrica de Tucuruí, quando foi iniciada, estava orçada em US\$1,5 bilhão. Terminou sendo concluída por US\$6

bilhões devido a acréscimos, erros, um dique que se rompeu na época da construção, enfim, houveram graves erros, e a hidrelétrica saiu quatro vezes mais cara do que aquilo que estava previsto inicialmente. Com os custos financeiros, essa hidrelétrica chegou a US\$11 bilhões. Agora, estamos fazendo a segunda etapa. Vamos gastar R\$2 bilhões, o que equivale a aproximadamente US\$1 bilhão. Portanto, quase US\$12 bilhões de custo. Isso considerando os dados que recebemos, porque eles nunca são claros, nunca são oficiais. O Governo esconde o jogo, a sociedade não pode participar, e os próprios representantes dos funcionários da Eletronorte nunca foram chamados a opinar ou a se manifestar acerca dessa questão.

É por isso, Sr. Presidente, que, ao final deste pronunciamento, darei entrada em um requerimento, no qual solicito ao Ministro de Minas e Energia dados precisos sobre os custos da hidrelétrica de Tucuruí, dentre outras questões.

Mas o que se está falando é que o Governo pretende vender a hidrelétrica de Tucuruí por US\$1,5 bilhão. Isso representa pouco mais de 10% de todo o investimento feito na sua construção; ou seja, um pouco mais do que se está gastando para se fazer a segunda etapa.

Mas não é só isso. O Governo não pode evidentemente privatizar a Eletronorte como um todo, porque todos os seus sistemas, exceto a hidrelétrica de Tucuruí, são deficitários sob o ponto de vista econômico-financeiro e, portanto, não atrativos para o capital privado. A Eletronorte atua em nove Estados da Amazônia Legal (Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas), uma área que corresponde a 58% do território nacional.

Graças ao dinheiro da comercialização de energia elétrica de Tucuruí, que é o único sistema rentável da Eletronorte, ela consegue sustentar os sistemas isolados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e do Amazonas, completamente deficitários sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas altamente superavitários do ponto de vista social. A deficiência desses sistemas é devido à geração térmica a óleo **diesel** com custos proibitivos. No Estado do Acre, por exemplo, a Eletronorte vende energia por um preço seis vezes menor que o seu custo, porque a sociedade local não tem condições de arcar com o alto custo da energia elétrica, gerada a óleo combustível. Será que a iniciativa privada agiria dessa forma? Essa é a grande questão!

É evidente que, antigamente, existia uma compensação geral em se tratando de Brasil. O consumidor de São Paulo, da Bahia ou do Rio de Janeiro era quem pagava o subsídio recebido pelo consumidor de Manaus, do Rio Branco ou de Porto Velho, que são Municípios onde a geração é termoelétrica, portanto, tem um custo elevado, e ninguém teria condições de pagar um custo real.

Esse subsídio existe porque havia uma compensação em nível nacional. Não é o mesmo que ocorre com o subsídio da Albrás/Alunorte, que são empresas altamente lucrativas, ligadas ao interesse do mercado internacional, que recebem energia de hidrelétricas e que pagam um valor bem menor que o custo dessa energia. E quem está arcando com esse custo atualmente é a Eletronorte.

O Governo, em curto espaço de tempo, apresentou quatro diferentes propostas de reestruturação para o setor elétrico na Região Amazônica e tem encontrado resistência da área técnica e da área política da região. Por que isso acontece? Por que é impossível conciliar os argumentos técnicos e os reais interesses da Região Amazônica e do País com os propósitos privatistas impostos de fora para dentro. A verdade é que o Governo não tem uma proposta de modelo energético clara, detalhada e que leve em consideração as especificidades da Região Amazônica. Por isso, as constantes alterações na reestruturação societária da empresa que atua na região. Pergunto: como é possível fazer uma reestruturação do setor elétrico da Região Amazônica sem ter, em primeiro lugar, o modelo energético da região, principalmente em relação aos sistemas isolados? Podemos até discordar do modelo proposto pela Cooper And Lybrand para o sistema interligado brasileiro, mas temos que reconhecer que pelo menos existe um modelo, o que não é o caso dos nossos sistemas isolados.

Na primeira proposta, o Governo pretendeu a criação de seis empresas a partir da Eletronorte, priorizando a cisão e a privatização de Tucuruí. Repito: o Governo pretendia dividir a Eletronorte em seis empresas: separava cinco deficitárias e vendia exatamente a que dá lucro, que é Tucuruí. Ele pretendia duas empresas para a geração e transmissão de energia elétrica - uma, em Manaus, e outra, em Boa Vista; três para a geração de energia elétrica, sendo uma a hidrelétrica de Tucuruí; outra, no Amapá, e outra, nos Estados do Acre e Rondônia; a sexta empresa seria de transmissão de energia elétrica do sistema interligado (Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso).

Na segunda proposta do Governo Federal – vejam como o Governo não consegue nem apresentar algo plausível para ser aceito pela sociedade! –, foi sugerida a criação de quatro empresas: duas delas para a geração, transmissão de energia elétrica, uma em Manaus e outra em Boa Vista; e ainda uma terceira para a transmissão de energia elétrica do sistema interligado, como na primeira proposta; e ainda uma quarta empresa para a geração da hidrelétrica de Tucuruí, incluindo a geração de energia elétrica dos Estados do Acre, de Rondônia e do Amapá. Vejam, senhores, que o objetivo sempre foi o de facilitar a privatização de Tucuruí. Todavia, ainda assim o Governo Federal encontrou resistência e então apresentou uma terceira proposta, que seria a criação de quatro **holdings** em sistemas isolados, mantendo a hidrelétrica de Tucuruí ligada à Eletronorte que, posteriormente, seria extinta, abrindo o caminho para a privatização de Tucuruí.

Ocorre, Srs. Senadores, que essas propostas vêm sendo sistematicamente combatidas com argumentações técnicas e políticas bastante pertinentes. Extinguir a Eletronorte é desconsiderar o conhecimento adquirido ao longo dos seus vinte e sete anos de experiência na Amazônia, relacionado ao meio ambiente, mercado, planejamento elétrico e energético, dentre outros aspectos. Significa perder a sinergia que ocorre hoje, inclusive em relação a recursos de áreas superavitárias, como a de Tucuruí, suprimindo as demais áreas que, em sua maioria, são deficitárias. Vários outros aspectos poderiam aqui ser colocados mostrando a inoportunidade dessas propostas do Governo. As argumentações são tão fortes, que o próprio Governo tem revisado sucessivamente suas propostas e, nos últimos dias, por meio de declarações do Ministro Rodolpho Tourinho, do Ministério de Minas e Energia, apresentou o que poderíamos considerar como uma quarta proposta para a reestruturação do setor elétrico da região Amazônica e privatização da hidrelétrica de Tucuruí.

Desta vez, o Governo tenta superar os argumentos daqueles que se opõem à privatização na busca de reduzir as resistências. Aparentemente, a proposta que o Ministro Tourinho apresentou e está estampada nos jornais dos últimos dias atende aos anseios da Região Norte de, por exemplo, manter a presença do Governo no sistema energético da Região, na medida em que propõe a transferência para a Eletrobrás dos sistemas de geração da Eletronorte, que são hoje deficitários, quais sejam: Manaus, Rondônia, Roraima e Acre.

Olhem bem o detalhe da proposta: pegar os sistemas isolados deficitários e passar ao comando da Eletrobrás. Mais adiante, nós vamos entender o porquê dessa intenção que a princípio pode parecer boa, porque tira prejuízos da Eletronorte, mas vamos ver o que se pretende com isso depois.

Na verdade, o Governo se convenceu de que não conseguirá privatizar esses sistemas porque são deficitários, portanto, não atrativos para o capital privado.

Nessa proposta que o Governo pretende implementar de imediato, a Eletronorte continuaria a existir, com o que os técnicos costumam chamar de GTS – geração, transmissão e serviços. A empresa continuaria com a geração de energia elétrica de Tucuruí e Coaracy Nunes, além do Parque Térmico do Amapá, mesmo porque, devido à coerência do Governador João Alberto Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro, o sistema elétrico do Amapá não foi federalizado tal como aconteceu nos outros Estados da Região Norte.

A Eletronorte também continuaria com as linhas de transmissão dos sistemas integrados do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso e, ainda, a transmissão dos sistemas isolados do Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas e Amapá. Por fim, por essa proposta do Governo Federal a Eletronorte continuaria realizando serviços de inventários, projetos e estudos.

Pela proposta que está sendo gerida pelo Governo, a Eletronorte poderá deixar de ser deficitária, como no ano 2000, quando amargou um prejuízo de R\$700 milhões, passando a ter lucro neste e nos próximos anos. Essa empresa, na forma proposta, envolvendo a geração de energia, transmissão e serviços, seria altamente rentável e tendo recursos, sem depender do Governo Federal, para continuar investindo, por exemplo: na segunda fase de Tucuruí; poderia participar da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira – obra necessária inclusive para atender demandas da região Centro-Sul e que vai alagar uma área muito menor do que Tucuruí e gerar 11 mil megawatts, sendo maior, portanto, que a geração de Tucuruí, com a conclusão da sua segunda etapa, que gerará apenas 8.125 megawatts –; poderá entrar na construção da hidrelétrica de Ji Paraná, em Rondônia; na linha de transmissão Mato Grosso-Rondônia e na linha de transmissão de Tucuruí-Balbina. Esta última possibilitará a ligação a Boa Vista e ao Amapá. Essas obras interligariam os sistemas elétricos da Região Norte ao sistema interligado brasileiro, trazendo benefícios para todas as Regiões

do País. Portanto, a proposta do Governo seria interessante, como já disse, se a intenção não fosse a de privatizar Tucuruí.

Sr. Presidente e meu caro Senador Carlos Patrocínio, faço, aqui, um parêntese para dizer que é uma canalhice o que o Governo Federal está pretendendo. No fundo, no fundo, ele pretende vender a hidrelétrica de Tucuruí, o único sistema da Eletronorte que dá lucros. Para fazer isso, está transferindo todos os sistemas isolados para o comando da Eletrobrás, os quais, se continuarem deficitários, deverão ser sustentados pela empresa e, consequentemente, pelo Tesouro.

Observem a sagacidade do Governo: antigamente, os subsídios eram pagos pela Eletrobrás, mas, há cerca de três ou quatro anos, passa ram a ser de responsabilidade da Eletronorte. Agora, os subsídios de US\$200 milhões anuais, ou R\$400 milhões, que são dados à Albrás/Alunorte e à Alcoa, estão sendo repassados para a Eletrobrás. Então, a viúva - o Tesouro - vai passar a subsidiar a Alcoa no Maranhão e a Albrás/Alunorte no Pará. Assim, Tucuruí vai ficar uma maravilha porque, com esse subsídio, teve um prejuízo de 700 milhões, sendo, portanto, quatrocentos de subsídios e trezentos de sistemas deficitários das outras regiões. Imaginem tudo isso ser passado para a Eletrobrás! Quem comprar Tucuruí vai ganhar dinheiro demais e vai comprar de graça. Observem a argúcia desse Governo! Chamo a atenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que pode estar desinformado. Podem estar querendo fazer com a Eletronorte o que o Presidente da Petrobras quis fazer mudando o nome da empresa para Petrobrax. De repente, se chamarmos a atenção do Presidente, Sua Excelência poderá acordar e impedir que essa barbaridade, essa canalhice, seja perpetrada contra o povo brasileiro.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Concedo, com muita alegria, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Ademir Andrade, não tive oportunidade de ouvir na íntegra o pronunciamento de V. Ex^a, mas, logo em seguida, deverei fazer um pronunciamento semelhante, que diz respeito às políticas energéticas em nosso País. Sei apenas que esse pessoal que está privatizando o nosso sistema elétrico está ganhando muito dinheiro, conforme V. Ex^a acaba de afirmar. Estava lendo a verdade sobre a privatização da Cemig e achei aquilo uma coisa simplesmente absur-

da. Os privatizadores não investiram absolutamente nada porque a primeira parcela foi tomada como empréstimo ao BNDES. A outra parcela seria paga a prazo longo e o pessoal já começou a receber o dinheiro das contas de energia elétrica. O Governador Itamar Franco fez muito bem em criar toda aquela celeuma com relação à privatização da Cemig, que é um padrão nacional de qualidade. V. Ex^a chama a atenção para a hidroelétrica de Tucuruí e eu, para não ser muito extenso, apenas gostaria de fazer uma pergunta, eminente Senador: e as reclusas dessas nossas hidrelétricas? Será que os usuários das nossas hidrovias terão que pagar pedágio para esse pessoal? Aí, vai acabar a finalidade da hidrovias, porque, como está acontecendo nas rodovias nacionais, o pedágio está inviável. Tanto é que os caminhoneiros estão em greve - não sabemos se frustrada ou não - e está patenteado o protesto desses homens que merecem o respeito da população brasileira, já que trabalham em atividades consideradas essenciais. Comungo com a preocupação de V. Ex^a. Sou favorável à privatização, mas há **nuances** que efetivamente não entendemos. O Brasil perde com isso e os privatizadores, normalmente grupos estrangeiros, acabam faturando uma fortuna em cima do patrimônio brasileiro.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a, que demonstra estar de acordo com o meu pensamento no somatório da possibilidade de não permitir que o Governo concretize esse desejo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço V. Ex^a, com muita satisfação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Ademir Andrade, ouvi o discurso de V. Ex^a em defesa da preservação da Eletronorte e aqui estou para manifestar a minha solidariedade a V. Ex^a. Realmente, a Eletronorte deve ser preservada por diversas razões, entre as quais exatamente essas hidrelétricas que existem sob o domínio dela. Tucuruí foi uma bênção para a nossa região. Como ela surgiu? Recordo-me de que, quando ela foi planejada, já estando iniciados os procedimentos para a sua construção, houve quem, no Governo, não desejasse a sua construção sob o argumento de que não haveria consumidor para a energia que ali seria gerada. Para se ter uma idéia, basta dizer que o Maranhão, naquela época, consumia cinqüenta mil quilowatts apenas, e Tucuruí produziria milhões de quilowatts. O que ocorreu? Hoje o Maranhão consome 650 mil quilowatts. Àquela época,

o meu Estado era abastecido pela usina de Boa Esperança, construída no rio Parnaíba, que atualmente não produz mais do que 200 mil quilowatts. No entanto, só o Maranhão consome 650 mil quilowatts. Mas, graças àquele grande empreendimento, foi possível instalar-se no Maranhão a Alumar – hoje, a segunda maior indústria de alumínio do mundo – e no Estado de V. Ex^a, o Pará, a Albrás. Vejam V. Ex^{as} o benefício da existência dessa empresa! O nosso companheiro, Senador Carlos Patrocínio, em seu aparte, nos lembrou das eclusas que ali terão que ser construídas. Dentro de pouco tempo estaremos construindo, no Município de Itaguaçu, uma grande usina, que se chamará Serra Quebrada, situada a 15 quilômetros de Imperatriz, produzindo 1,5 milhão de quilowatts. Logo depois, será iniciada também a construção da usina de Estreito, também no rio Tocantins, entre os Estados do Maranhão e Tocantins. É necessário e indispensável que haja uma empresa organizadora desses empreendimentos. E essa empresa é a Eletronorte. Cumprimento V. Ex^a pela defesa que faz da preservação dessa grande empresa nacional.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Senador Edison Lobão, fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a, tendo em vista ser V. Ex^a da base governista, assim como também o é o Ministro de Minas e Energia. Espero que V. Ex^a, representante do Estado do Maranhão nesta Casa, assim como todos nós da Amazônia, possamos defender essa questão e fazer com que o Governo retroceda.

Essa reestruturação, que na sua primeira fase aparentemente atende aos anseios daqueles que estão realmente preocupados com o desenvolvimento da Região Amazônica, tem uma segunda fase perversa que cede às imposições do FMI e viabiliza a intenção desses governantes de plantão, que é a privatização da parte lucrativa de todo o sistema, para dizer melhor, a hidrelétrica de Tucuruí. O Governo, na verdade, prepara o terreno, buscando eliminar as resistências para vender a “galinha dos ovos de ouro”, que é – repito – a hidrelétrica de Tucuruí. Então, a segunda etapa do plano é separar a Eletronorte em seus três eixos: geração, transmissão e serviços e, finalmente vender Tucuruí, como já se disse, a preço simbólico, considerando a fortuna que já se gastou para construí-la e o que dela se pode tirar num futuro próximo.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto aqui o meu veemente repúdio contra esse ato deste Governo que quer entregar a um grupo privado, quase de graça, uma hidrelétrica de 8.125 megawatts, que é a quarta usina hidrelétrica do mundo em potência instalada e a

maior hidrelétrica genuinamente brasileira, já que Itaipu é binacional. O Governo, assim, estará descartando uma grande fonte de recursos. Os lucros gerados por essa usina deveriam propulsionar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Um grande crime contra o País é o que o Governo quer cometer.

É preciso que a Região Norte se mobilize e resista. O esfacelamento da Eletronorte e a privatização da usina hidrelétrica de Tucuruí será um desastre que ameaça se abater sobre a Amazônia. A venda da usina de Tucuruí é um absurdo!

Convoco, desta tribuna, a bancada parlamentar de toda a Região Norte para que se mantenha unida e mobilizada em oposição a esses intentos do Governo Federal. São intenções que não têm respaldo perante a opinião pública do País e muitíssimo menos no pensamento da população da Região Norte.

Vou apresentar, na próxima sessão, um requerimento convocando o Ministro de Minas e Energia para aqui, mais uma vez, nos detalhar a respeito da intenção dessa reformulação da Eletronorte.

A região Norte precisa de desenvolvimento liderado pela firme ação estatal, dotada de visão prioritariamente estratégica, não comercial. A Região Norte não quer ser transformada em mercado fornecedor de lucros para empresas privadas de energia elétrica. Precisamos de um desenvolvimento econômico voltado para o homem amazônico, para a sustentabilidade, para a ocupação de espaços estratégicos.

O Governo brasileiro, privatizando as empresas de energia elétrica na Amazônia, está fomentando, ainda mais, a cobiça dos países do Primeiro Mundo, sobre essa riquíssima Região. Por isso mesmo, entendo que o Governo não pode se ausentar da Região, ao contrário, tem que se fazer mais presente para frear de vez o olho gordo dos países do Primeiro Mundo sobre a mesma.

Há mais de um ano apresentei um Projeto de Lei de nº 670/99 - e aí quero chamar a atenção dos Senadores -, que modifica a Lei nº 9.491/97, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Nessa lei, propus a inclusão da Eletronorte no rol das empresas que não devem ser privatizadas, colocando-a ao lado da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, retirando-a, assim, do Programa de Desestatização. Esse projeto está nas mãos do Senador Jefferson Péres, que foi designado Relator pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, devendo ainda ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. (Apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Agripino

Maia, que coloque esse projeto em votação para impedir a privatização da hidrelétrica de Tucuruí.)

Sr. Presidente, a Região Norte, unida, haverá de barrar esses planos destrutivos que atentam contra o seu futuro. Combateremos, sem trégua, a privatização da Eletronorte e a venda de Tucuruí. Estou certo de que se não fosse a ação de Deputados federais e Senadores da República, a hidrelétrica de Tucuruí já teria sido vendida pelo Governo Federal. Também nos Estados, as Assembléias Legislativas e as entidades sindicais têm buscado resistir a essa proposta do Governo. Nem mesmo os Congressistas da base do Governo estão convencidos da utilidade dessa venda.

Queremos aqui ouvir o pensamento dos candidatos à presidência do Senado Federal sobre essa importante questão. Por sinal, tanto o Senador Jader Barbalho como o Senador Jefferson Péressão da Região Norte e conhecem bem aquela realidade. Seria muito oportuno se S. Ex^{as} se manifestassem no Plenário desta Casa sobre seus posicionamentos com relação à venda da hidrelétrica.

O Presidente Fernando Henrique está muito mais preocupado em cumprir seus compromissos internacionais, com banqueiros, em pagar religiosamente a dívida externa e obedecer às ordens que vêm lá de cima, por intermédio do Fundo Monetário Internacional, do que com os interesses da Nação brasileira. Caso contrário, Sua Excelência terá de se manifestar sobre tudo que aqui coloquei.

Não faz nenhum sentido, não há nenhuma lógica na venda da Hidrelétrica de Tucuruí. Portanto, é preciso ter muita atenção para tudo isso. O povo sabe que foi enganado com as privatizações.

Informo aos nobres Pares que encaminharei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Ministro de Minas e Energia, questionando não apenas os custos da construção da hidrelétrica mas também procurando obter esclarecimentos sobre a proposta do Governo para a reestruturação do sistema elétrico da região Norte do País.

Encerro, dizendo que, além de tudo que mencionei, US\$1,5 bilhão é absolutamente nada em relação à dívida que o Governo está pagando religiosamente. Notem V. Ex^{as} que a simples transferência de pagamento dos funcionários públicos federais, do dia 5 para o dia 30 de cada mês, segundo as informações do Governo, acresceriam despesas que chegariam a R\$3 bilhões, em função dos serviços da dívida interna brasileira. Um bilhão e meio de dólares significa R\$3 bilhões, o que é muito menos do que aquilo que se paga em sete ou oito dias de juros dessa dívida inter-

na. Por isso, não há nenhuma justificativa para a venda da Hidrelétrica de Tucuruí. Vamos, de todas as formas, tentar impedir esse ato de lesa-pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Tião Viana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, que dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, regozijo-me com a preocupação que demonstra este Plenário com a questão energética em nosso País. O Senador Ademir Andrade acabou de fazer um pronunciamento de extrema importância nesse sentido, tratando da privatização da Eletronorte e da reação sobretudo do povo da Região Norte do nosso País. Tratarei desse tema, e sei que o Senador Carlos Wilson também haverá de demonstrar aqui as suas preocupações com relação ao sistema elétrico em seu Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falei sobre o horário de verão. Penso que já chegou o momento de esse horário ser eliminado. Não tenho visto utilidade ou quaisquer benefícios trazidos pelo horário de verão, principalmente porque está em pauta a construção de inúmeras hidrelétricas em nosso País, sobretudo no Estado de Tocantins, aproveitando o magnífico e extraordinário potencial do rio Tocantins. O Senador Edison Lobão, digno representante do Estado do Maranhão, já citou aqui algumas dessas hidrelétricas.

Antecipando-se à possibilidade de decretar o racionamento de energia elétrica no País – fala-se muito sobre isso; são palavras do Ministro Rodolpho Tourinho –, o Governo Federal, mais uma vez, estabeleceu o horário de verão, repetindo procedimentos praticados nos últimos anos, de modo a obter uma economia de dois mil megawatts por horário, no período mais vulnerável do sistema, o chamado horário de ponta, que vai das 18 às 20 horas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, esse resultado final seria suficiente para abastecer uma cidade com três milhões de habitantes por duas horas. Além disso, vigorando por quase 150 dias, o último horário de verão produziu uma economia média de R\$20 bilhões nas tarifas do setor energético, preservando em 1% o nível dos reservatórios.

Praticando o que chama de "gerenciamento da demanda" e negando a hipótese de racionamento, o Governo pretende negociar a redução dos gastos com os grandes consumidores, de modo especial no horário de pico, em torno das 18 horas, a fim de evitar o colapso do sistema em algumas regiões.

Esse sistema de gerência levou em conta que o volume de chuvas do ano passado tinha se mostrado, até então, insuficiente para o normal funcionamento das usinas, requerendo providências como a reativação da usina atômica Angra 1, o início de operação de Angra 2, a importação de energia e o incentivo à operação de termelétricas.

O conjunto dessas providências deixa clara a vulnerabilidade do sistema elétrico brasileiro, conforme reconheceu há pouco o Ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia.

Enquanto a partir de 1987 vem caindo o aporte de recursos para o setor, o aumento da demanda promete exigir uma oferta de energia de 4,3 mil megawatts anuais no próximo quadriênio, a partir do ano 2000, para cujo atendimento serão necessários investimentos da ordem de US\$42,5 bilhões, provenientes, sobretudo, da iniciativa privada, entre os anos de 2000 e 2004.

Muitos brasileiros sentem significativas dificuldades em se adaptarem ao horário de verão, pois muitas vezes ele altera o funcionamento do relógio biológico das pessoas – o meu tem sido alterado –, provocando efeitos colaterais, tais como mau humor, dificuldade de raciocínio e de memorização, além de sono, que pode provocar até mesmo acidentes de trabalho.

Os Governadores da Região Nordeste solicitaram e conseguiram sua suspensão por entenderem que as demandas sociais eram mais relevantes e que os benefícios oriundos com a medida seriam mínimos.

Diante desse fato, o Governo Federal suspendeu o horário de verão nos Estados do Nordeste, com exceção do Estado da Bahia.

Essa medida, praticamente, não vai interferir nas projeções do Governo de redução na demanda de energia no período de pico dos consumidores. A redução prevista pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – passaria de 5,6% para 5,44%, já que o Nordeste contribui com apenas 0,16% na economia de energia elétrica. Além disso, o volume de armazenamento de água nos diversos reservatórios da região aumentou muito com as chuvas intensas que caíram no final do ano passado, o que também contri-

buiu para a suspensão da medida. Portanto, no Nordeste, com exceção da Bahia, está suspenso o horário de verão.

Entre outros motivos alegados pelos Governadores para negociar o fim do horário de verão, destaca-se o da insegurança, já que os trabalhadores vão sair de casa para trabalhar ainda escuro, tendo em vista que o alvorecer na região começa mais tarde nesta época do ano.

O grande benefício do horário de verão é o amadurecimento de condutas austeras da nossa população em economizar energia. Mesmo em países grandes consumidores, como os Estados Unidos, a população continua sendo preparada para adquirir novos hábitos salutarres. Isso pouco ocorre em nosso País, uma vez que a nossa população não se tem mostrado sensível com as campanhas que visam a reduzir o consumo de energia elétrica.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muita honra, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Senador Carlos Patrocínio, o tema que V. Exª traz hoje ao plenário é da maior importância. Ao tratar do horário de verão, V. Exª menciona a discrepância entre as regiões. Sou testemunha do quanto a implantação do horário de verão causou transtorno em Pernambuco e em vários outros Estados do Nordeste. Num primeiro momento, todos os Estados aderiram ao programa e o implantaram. Pernambuco ainda aderiu ao último horário de verão por uns dez dias, nos quais aconteceu exatamente o que V. Exª relata: aumentou a violência, que hoje, infelizmente, campeia do Acre ao Rio Grande do Sul. O trabalhador tinha que sair de casa mais cedo para exercer o seu trabalho, quando ainda estava escuro, o que levou a aumentar consideravelmente o número de assaltos, a violência em ônibus. Numa atitude sensata, o Governador Jarbas Vasconcelos, junto com outros Governadores, entrou em contato imediato com o Presidente da República e conseguiu excluir Pernambuco do horário de verão. Então, há esse lado positivo. Mas existe um lado negativo: o sistema financeiro é regido pelo horário de Brasília, e, dessa forma, o Nordeste perde uma hora por dia por não estar ligado ao horário de verão, como as outras regiões do País. É chegada a hora de o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás estudarem a maneira mais correta para tratar essa questão, porque, a cada ano, vê-se que a economia é insignificante, mas o transtorno, não. O transtorno é bastante sig-

nificativo na vida do trabalhador, daqueles que, na verdade, estão construindo a riqueza deste País. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno discurso que faz nesta manhã, mostrando a sua sensibilidade, que, com certeza, é também da maioria do povo brasileiro. Parabéns, Senador Carlos Patrocínio!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço seu aparte muito elucidativo, Senador Carlos Wilson. V. Ex^a enalteceu, inclusive, a tomada de posição do Governador do seu Estado, que viu os percalços que estavam causando à população essas constantes mudanças de horário.

O nosso Estado do Tocantins, eminente Senador, não teria que participar do horário de verão. O Governador Siqueira Campos achou por bem pleitear também a inclusão de Tocantins, pelos motivos que V. Ex^a cita: por causa das questões econômicas, como a difícil adaptação aos horários de funcionamento das aeronaves, do sistema financeiro nacional e assim por diante. Sei de vários Estados, como Goiás, que também estão demonstrando a sua repulsa ao horário de verão, já que os benefícios que este tem trazido são insignificantes.

Nessas circunstâncias, parece-nos imperioso que se venham a acolher, com a devida urgência, as sugestões que recomendam o uso racional de energia elétrica no País. Nesse sentido, não são válidas apenas as medidas governamentais em comento, mas também as propostas, de diferentes origens, que prosperam na correta direção de combater o desperdício e de reduzir o consumo de energia.

Nesse último caso, inscreve-se o projeto de lei do Senado que apresenta e que tem por finalidade alterar disposição da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional. A proposição, de nossa autoria, destina-se a dar nova redação ao inciso IV do art. 2º, com a finalidade de atribuir ao Conselho Nacional de Política Energética também a competência para "estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão, da energia termonuclear, da energia solar e da energia proveniente de fontes alternativas".

Sob o comando do art. 2º da iniciativa, o mesmo Conselho "expedirá normas complementares necessárias à aplicação do disposto no artigo anterior, estabelecendo, inclusive, regras para a adoção de sistema de aquecimento hidráulico por energia solar, em substituição ao elétrico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei".

A medida é justificada pela necessidade de promover a redução do consumo de energia elétrica, notadamente a substituição do chuveiro elétrico, que tanto sobrecarrega o sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil – um dos poucos países do mundo a adotar o aparelho como equipamento padrão de aquecimento de água para o banho –, por quanto consome percentuais significativos da eletricidade gerada.

Em nosso entendimento, torna-se imprescindível estabelecer esse novo padrão para o banho quente da nossa população, mormente quando o País atravessa um período econômico de contenção de gastos e de investimentos, já que não exige a necessidade de comprometer grande volume de recursos na expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica.

Não havendo o desperdício provocado pelo chuveiro elétrico, o País poderá investir com mais tranqüilidade na expansão do setor elétrico, sem se ver ameaçado pelo colapso do sistema devido à sobrecarga, sem contar que a energia economizada poderá ser aproveitada de modo mais eficiente, atendendo-se ao setor produtivo, propiciando-se, assim, melhor retorno do investimento efetivado.

Ademais, tornar-se-á desnecessária a construção de novas hidrelétricas, economizando-se o altíssimo custo desse tipo de obra, que agride profundamente o ecossistema e inunda grandes extensões de terra que bem poderiam ser utilizadas na atividade agropecuária ou simplesmente aproveitadas como áreas de preservação ambiental.

Não há dúvida de que o setor energético vive a contradição de enfrentar repetidas ameaças de colapso no sistema de fornecimento de energia elétrica, enquanto admitimos a ocorrência de desperdício de água e desprezamos a utilização da energia solar, que a natureza, com sua prodigalidade, oferece-nos com abundância, a cada dia do ano, sobretudo em nossas regiões, eminente Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Por mais que se fale sobre esse assunto no Congresso Nacional, Senador Carlos Patrocínio, é sempre pouco. Não há desenvolvimento em parte alguma sem energia elétrica. O Brasil, que parece um país farto em água para o efeito de hidrelétricas, não o é. Há um estudo de segurança nacional segundo o qual o Brasil tem, em

seus rios, capacidade de instalação de hidrelétricas para produção de até 220 milhões de quilowatts. Sucedee que a inundação dos grandes lagos seria de tal ordem, que isso praticamente inviabilizaria o Brasil. Considera-se, portanto, que essa capacidade, ao seu final, seria de 120 milhões de quilowatts. Hoje há aproximadamente 60 milhões de quilowatts. Com o País crescendo 4% ao ano, essa demanda dobraria em menos de 40 ou 50 anos, ou seja, estaríamos condenados, dentro de meio século, a não ter mais onde recorrer em matéria de energia elétrica. Daí a necessidade de estarmos atentos para aquilo a que V. Ex^a se refere: as energias alternativas. Apresentei um projeto de lei ao Senado Federal que cria exatamente recursos para o estudo técnico-científico destas alternativas: energia solar, energia eólica e outras fontes energéticas para o País. Quando, por volta de 1974, o Governo decidiu caminhar na direção das usinas nucleares, ele o fez pensando exatamente na capacidade de esgotamento das energias oriundas das hidroelétricas. Todavia, não fomos rigorosamente bem-sucedidos nesse setor. Mas o fato é que nós todos, que pensamos e temos inteligência e, sobretudo, a responsabilidade de cuidar dos problemas fundamentais da Nação brasileira, temos de agir com os cuidados que V. Ex^a está tendo neste minuto. Há que buscar fontes alternativas de energia para este País. Senador Carlos Patrocínio, meu companheiro, o Estado de V. Ex^a e o meu são pródigos em águas que servem a esse desiderato. O rio Tocantins é uma bênção, e nele diversas usinas serão instaladas, entre as quais duas servirão ao Maranhão e Tocantins: a de Serra Quebrada, no Município de Imperatriz, e a de Estreito. As palmas que estamos ouvindo são de Vereadores do Maranhão, representantes do povo tanto quanto nós, os quais aqui nos honram com suas presenças. São Vereadores de Imperatriz e de outros Municípios do Estado aos quais lanço as minhas congratulações. Que sejam bem-vindos, em nome da Mesa e em nome do Senado Federal. Muito grato a V. Ex^a pelo aparte, no bre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –

Eminente Senador Edison Lobão, agradeço a participação de V. Ex^a e me associo aos cumprimentos aos queridos Vereadores de Imperatriz, vizinha da minha cidade de Araguaína. É uma cidade para onde vamos com uma certa frequência e que, pela pujança do povo maranhense e dos seus dirigentes, vem alcançando níveis de desenvolvimento além das outras cidades do nosso País. É uma satisfação recebê-los aqui.

Mas, eminente Senador Edison Lobão, V. Ex^a certamente deve ser o maior estudioso da questão energética no nosso País. Já tive oportunidade de ouvir pronunciamentos brilhantes de V. Ex^a e até tenho me orientado pelo seu sentimento de preocupação com a política energética nacional, que não evolui, embora o nosso País tenha todas as potencialidades para se tornar um grande gerador. Quem sabe, num futuro muito próximo, os países, com a globalização, estarão também exportando energia para outros países, para muito longe, como alguns países exportam hoje água potável para outros países—o Canadá está exportando água potável para a Austrália, água para se beber.

Como dissemos, eminente Senador Edison Lobão, não é compreensível que em nosso País cerca de 20 milhões de residências utilizem-se do chuveiro elétrico para o banho diário de seus moradores, quando está suficientemente provada a irracionalidade dessa solução, que, inegavelmente, desperdiça os escassos recursos do Tesouro e da maioria dos consumidores, quando é sabido que o aquecimento de água pela energia elétrica pode facilmente ser substituído, com imensa vantagem, pela utilização de painéis coletores de calor solar. Possuindo a tecnologia para a produção e instalação de sistemas de aquecimento de água mediante a utilização de painéis solares, restaria difundir e popularizar o seu amplo aproveitamento a partir de opção do Governo de incentivar a sua utilização, de forma mais definitiva.

Em Campinas, um engenheiro desenvolveu um sistema de captação de energia em placas e painéis muito barato. No Estado do Tocantins já estamos nos propondo a substituir a instalação de termoelétricas em pequenas localidades por energia captada da radiação solar.

Não se admite, Srs. Senadores, com os efeitos nocivos, para a economia, da globalização—estamos assistindo, neste exato momento, ao embargo do Canadá à carne brasileira—, que nós, todos os brasileiros, continuemos nessa dependência eterna do petróleo internacional, das fontes energéticas internacionais, quando nós, se agíssemos de maneira racional, teríamos auto-suficiência e, o que é mais importante, teríamos energia de sobra inclusive para exportar para os demais países.

Não sei por que as usinas do Nordeste, as usinas canavieiras do setor sucroalcooleiro, que estão falidas, que estão em litígio com o Governo Federal—um acusa o outro; o dono do engenho diz que o Governo quebrou a empresa e o Governo fala da inadi-

plência do dono do engenho –, não são entregues para o trabalhador brasileiro, que sabe plantar cana, que sabe trabalhar na produção de álcool comburent, como sei que está acontecendo em Pernambuco, na Usina de Catende, que se transformou numa cooperativa. Ali, os proprietários são os trabalhadores. Acho que maior atenção deve ser dada para outras fontes energéticas em nosso País.

Espero que mais este discurso, dentre tantos que ouvimos nesta Casa, receba a atenção devida pelos governantes do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, por 20 minutos.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 30-11-00, nesta mesma tribuna, manifestei minha estranheza com a discrepância entre o otimismo do Ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, expresso em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 27-11-00, com o Programa "Luz no Campo", financiado com recursos da Eletrobrás e executado pelas concessionárias estaduais de energia, e a evidente estagnação do processo de eletrificação rural no meu Estado, Pernambuco.

Em resposta ao requerimento de informações enviado àquele Ministro, a meu pedido, pelo Senado Federal, em 1º de dezembro passado (Requerimento de Informação nº 600/2000), recebi em 30-1-2001 as explicações solicitadas naquele expediente, fornecidas pelo Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, que passo a citar literalmente:

A Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobrás – firmou com a Companhia Energética de Pernambuco – Celpe –, em 16.12.1999, o contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1951/99 no valor de até R\$34.649.410,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra

o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo", do Ministério de Minas e Energia, exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, com base na comprovação dos gastos efetuados no programa em seu avanço físico, recursos que totalizam R\$21.481.941,00 os quais representam 62,5% do valor do financiamento concedido.

Com os recursos do programa, até então, foram ligadas 22.176 propriedades/domicílios rurais, das 36.000 previstas contratualmente, construídos 4.653 km de redes, em alta e baixa tensão, e implantados 61.574 postes equipados com 4.233 transformadores de distribuição.

Até este momento, como se vê, a Celpe vinha cumprindo as cláusulas contratuais de execução de serviços de eletrificação rural, correspondentes ao desembolso financeiro da Eletrobrás.

Até então, é bom salientar, a Celpe ainda não havia sido privatizada, o que só veio a ocorrer em 17.02.2000, quando foi arrematada em leilão.

Volto agora a citar, palavra por palavra, a correspondência enviada em atendimento ao nosso Requerimento de Informações pelo Presidente da Eletrobrás:

Posteriormente, a Eletrobrás firmou com a Celpe, em 11-2-00 [com a Celpe já privatizada], novo contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1983/00, no valor de até R\$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa "Luz no Campo", exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-00, R\$ 8.223.062,00.

O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demonstra que aquela empresa não vem realizando [quem responde isso é a Eletrobrás] as metas contratuais desde março do corrente.

Em vista disso, esta Companhia realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de

outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do Programa.

A Celpe apresentou uma série de alegações de ordem jurídica e financeira, originadas com o processo de privatização, principalmente a impossibilidade de o Estado autorizar a utilização da alíquota anual de 2% da receita líquida prevista no contrato de venda das ações para amortização do empréstimo...

Esta dificuldade não se apresenta para os demais Estados.

Essa foi a resposta que recebi da Eletrobrás ao meu requerimento de informação.

Ora, o que fica claro, além de qualquer dúvida razoável, é que recursos públicos foram liberados para a Celpe recém-privatizada, para o Programa de Eletrificação Rural "Luz no Campo", e ela permanece, 11 meses depois, absolutamente inadimplente em relação às metas contratuais.

O texto da Eletrobrás é contundente: o que ocorreu com a Celpe foi a paralisação, sem qualquer motivo compreensível, do referido programa, fato constatado pelo contratante federal, a Eletrobrás, oito meses após a liberação de 10% do financiamento concedido, ou seja, de mais de R\$8 milhões.

Segundo a própria Eletrobrás, por seu presidente, a Celpe alega estar impossibilitada de cumprir suas obrigações na estipulação acordada em virtude de motivos de natureza jurídica e financeira originados no processo de privatização conduzido pelo Estado de Pernambuco.

Ora, tal justificativa para a paralisação de todo o Programa de Eletrificação Rural do Estado toca as raízes do absurdo, constituindo-se num verdadeiro insulto à inteligência dos cidadãos e contribuintes, já que se trata aqui de inexecução física de obras para as quais há recursos disponíveis e metas operacionais regular e mutuamente convencionadas entre os contratantes, não se cuidando, portanto, de caso de inadimplência de obrigação financeira, e sim de uma obrigação de fazer, isto é, de realizar as obras correspondentes.

Além disso, ainda conforme o presidente da Eletrobrás, a dificuldade alegada pela Celpe para sua omissão em promover a contraprestação física relativa ao numerário por ela recebido não se repete em nenhum dos demais Estados da Federação, onde, segundo ele, o Programa "Luz no Campo" apresentaria perfeita compatibilidade entre o financiamento destinado para 37 concessionárias regionais similares à Celpe e o andamento físico das obras ajustadas.

Por outro lado, a resposta da Eletrobrás ao nosso requerimento não deixa também de ser muito estranha do ponto de vista da responsabilidade fiscalizadora da própria Eletrobrás, que, tendo liberado, em 14.02.2000, a parcela contratual a seu cargo, apenas em 10 e 11 de outubro procurou esclarecer, por meio de "visita de supervisão" (sic), as razões da interrupção do programa em Pernambuco, portanto, somente 8 meses depois do compromisso firmado.

E mais: a Eletrobrás, neste momento, como vimos, inteirando-se das alegações impertinentes e inaceitáveis da Celpe, não menciona qualquer iniciativa de investigar mais profundamente o assunto e de cobrar providências por intermédio da Aneel, a quem incumbe, na forma da Lei nº 9.427/96, fiscalizar a distribuição de energia elétrica em todo o País.

Além disso, conforme a lei que estabelece os procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491/97), ao BNDES compete supervisionar os Estados no processo de desestatização de suas empresas concessionárias de energia elétrica – como é o caso da Celpe.

O que demonstra que, se havia qualquer obstáculo gerado no transpasse da empresa estatal para mãos privadas, obstáculo quanto à sua possibilidade de saldar compromissos contratuais futuros, como os assumidos com a Eletrobrás, tais empecilhos de natureza jurídico-financeira já seriam, dessa maneira, conhecidos de antemão pela União (via BNDES), tornando, assim, o próprio empréstimo concedido à Celpe em tais condições um caso claro de gestão temerária de recursos públicos.

E pior: a Celpe, 5 dias depois do discurso por mim proferido no Senado, em novembro último, fez publicar pequena nota na coluna do jornalista Inaldo Sampaio, do **Jornal do Comércio**, de Pernambuco, no dia 5-12-00, contendo números relativos a propriedades rurais eletrificadas pela empresa e respectivos custos, todos absolutamente contraditórios com aqueles fornecidos pelo Presidente da Eletrobrás e aqui aludidos.

Como se vê, os fatos falam por si, e é a própria Eletrobrás que afinal reconhece: a privatização da Celpe, pelo menos no que tange a seus compromissos de eletrificação rural, atividade tradicionalmente desenvolvida com eficiência no passado da empresa estatal, é hoje um rotundo fracasso, e a fiscalização da execução desses serviços por parte seja da instância federal, representada pela Aneel, seja pelo poder concedente, titularizado pelo Estado de Pernambuco, é inteiramente inerte e conivente com o locupletamento sem causa dos concessionários privados de tais serviços.

Diante disso, isto é, diante da evidência de má aplicação dos recursos públicos, de ausência de medidas fiscalizadoras oportunas pelos órgãos competentes e da desastrosa gestão privada de uma empresa – a Celpe – que, enquanto sob controle público estadual, constituiu-se sempre num valioso instrumento de política social em Pernambuco, reconhecida pela sua eficiência e rentabilidade, eu não poderia ficar calado.

A partir de hoje, Sr. Presidente, passo a tomar, em relação a essa matéria, as seguintes providências:

1 - Apresento à Mesa do Senado Federal proposta, nos termos do art. 102-a, inciso V do Regimento da Casa, combinado com o art. 70, incisos IV e VI da Constituição Federal, de fiscalização e controle, para ser encaminhada à comissão competente – e aqui se encontra o Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle –, para que seja feita uma auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial das operações de empréstimo efetuadas pela Eletrobrás à Celpe, mediante contrato assinado entre ambas as entidades, em 11.02.2000, e ainda não implementado, apesar de ainda em vigor.

2 - Estou enviando ofício à Aneel solicitando informações sobre as medidas que estariam, ou não, sendo tomadas por ela, no uso de suas atribuições legais, em relação ao caso.

O que não é possível, Sr. Presidente, é continuar a privar de luz elétrica o homem do campo em Pernambuco, e a privar a opinião pública do País de informações corretas sobre programas governamentais dessa relevância, além de privar o Tesouro Nacional e os contribuintes de recursos públicos extraídos compulsoriamente da já escassa poupança popular.

O Sr. Romero Jucá (PSDB RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Com muito prazer, concedo-lhe o aparte, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB RR) – Senador Carlos Wilson, faço este aparte a V. Ex^a motivado por duas questões distintas. Primeiro, a preocupação com a Celpe e com o desenvolvimento de Pernambuco. Pernambucano como V. Ex^a, tenho na memória a história e a ação empreendida da Celpe para fincar as bases do desenvolvimento principalmente no interior do Estado. E, agora, o relato de V. Ex^a nos preocupa, pois a Celpe, mesmo privatizada, não pode deixar de ser um instrumento social e de implantação do desenvolvimento. Portanto, apóio as palavras de V. Ex^a, manifestando também a minha preocupação quanto aos destinos da Celpe. Em segundo lugar, como Pre-

sidente da Comissão de Fiscalização e Controle, entendendo que o requerimento de V. Ex^a é muito bem encaminhado e, assim que o receber, enviado pela Mesa, tomarei as providências para determinar à Comissão a auditoria e o acompanhamento, mas também para encaminhá-lo ao Tribunal de Contas da União, para que efetivamente sejam tomadas as medidas necessárias de acompanhamento do processo de privatização e das metas que devem ser atingidas e que, porventura, não estejam sendo atingidas. Portanto, providências serão tomadas no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle. Louvo novamente a sua ação em defesa do povo de Pernambuco e de seu patrimônio, representado pela Celpe.

O SR. CARLOS WILSON (PPS - PE) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Ex^a, que é conhecedor do problema por ser filho de Pernambuco, sabe, e fez questão de destacar, o quanto a Celpe foi importante para o nosso Estado. Fui Governador por onze meses e meio e posso dizer que a Celpe sempre foi uma empresa modelo – tanto, que a Eletrobrás sempre a reconheceu como a grande referência da energia elétrica da nossa região e no nosso País.

Essa empresa foi privatizada, vendida à Iberdrola por US\$1,7 bilhão, recursos que estão sendo usados em Pernambuco para projetos de infra-estrutura. No entanto, lamentavelmente, a privatização, que deveria ter beneficiado principalmente a eletrificação rural – era esse o compromisso principal dos que controlam hoje a Celpe –, não está atingindo esse objetivo. Infelizmente, a eletrificação rural, que tinha sido sempre um ponto de destaque, principalmente dos três últimos governos, não tem recebido a prioridade desejada.

Lembro-me de que, como Governador do Estado, nesse pequeno tempo em que estive à frente do Governo de Pernambuco, eletrificamos quase vinte mil propriedades. Hoje a Celpe já está privatizada há um ano e o programa de eletrificação rural, que é o que de mais importante podemos fazer na área social naquela região do Nordeste, está inteiramente esquecido pela Celpe, apesar de ela ter recebido – isso foi destacado aqui pela Eletrobrás por intermédio de seu presidente, Firmino Sampaio –, recursos para implantar o programa de eletrificação rural.

O Governo Federal vem anunciando, sempre com muito estardalhaço, o Programa Luz no Campo, e reconhecemos que é um programa eficiente, mas, no que se refere a Pernambuco, ele tem sido bastante precário.

Estou encaminhando hoje à Aneel solicitação de informações sobre as providências que ela tem adotado em relação à Celpe, em relação à

não-prestação de contas da Celpe junto à Eletrobrás. Além disso, encaminho à Comissão de Fiscalização e Controle – e tenho a sorte de ter hoje aqui no plenário o seu presidente, Romero Jucá –, solicitação para que se realize uma auditoria na Celpe pelo Tribunal de Contas da União e se verifique por que esses recursos não foram aplicados na eletrificação rural.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a atenção da Casa e dou por encerrado o meu pequeno pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR CARLOS WILSON EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE Nº DE
(Do Senador Carlos Wilson)**

Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal solicite ao Tribunal de Contas da União nos termos do artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal e do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileira S.A. – ELETROBRÁS, para apurar eventuais irregularidades em contrato de financiamento firmado em 11-2-2000, e ainda em vigor, entre esta empresa estatal e a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.

Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

Com base no artigo 102-A inciso V e artigo 102-B inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que V. Ex^a se digne adotar as medidas necessárias para realizar a fiscalização e controle, por meio de auditoria contábil, financeira e operacional, feita pelo Tribunal de Contas da União, na forma do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, em relação à execução do contrato firmado entre a Eletrobrás e a Celpe com recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR), ECF-1983/00, que, conforme resposta do próprio Presidente da Eletrobrás Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, em atenção a requerimento de Informação nº 600/2000 do Senado Federal apresenta, ao cabo de um ano de sua lavratura sérios indícios de má gestão desses recursos, uma vez que parte beneficiária – a CELPE – tem se mostrado absoluta-

mente inadimplente quanto ao cumprimento das metas contratuais ao seu encargo.

Justificação

Em atendimento ao Requerimento de Informação nº 600/2000 a ele dirigido pelo Senado Federal, a meu pedido, o Sr. Ministro das Minas e Energia Rodolfo Tourinho encaminhou-nos o ofício do Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, que confirma nossas suspeitas de irregularidades no Programa de Eletrificação Rural de Pernambuco, conhecido como “Luz no Campo”, e que caracteriza a situação de inatendimento por parte da Celpe, para a qual, há cerca de um ano, foram liberados mais de 8 milhões de reais, comprometidos com a realização de obras de distribuição de energia elétrica na região rural do Estado de Pernambuco.

As palavras daquele dirigente falam por si próprias, e constituem, ao meu ver, elementos bastantes para que se proceda à auditoria aqui requerida, **verbis**“.

“A Eletrobrás firmou com a Celpe em 11-2-2000, contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1983/00, no valor de até R\$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa Luz no Campo (...)”

“Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-2000, a parcela de assinatura prevista contratualmente, no valor de R\$8.223.062,00, equivalente a 10% do valor do financiamento concedido, sem que a mesma tenha, ainda, prestado contas de sua aplicação.

O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demonstra que aquela empresa não vem realizando as metas contratuais desde o início do corrente.

Em vista disso, esta companhia (a Eletrobrás) realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do programa.

Aviso nº 261 MME

28-12-00

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ronaldo Cunha Lima
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Primeiro Secretário,
Reporto-me ao Ofício nº 1.761 (SF), de 20 de dezembro de 2000, para encaminhar a Vossa Excelência

o expediente CTA-PR-9840/2000, de 7 de dezembro de 2000, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, referente ao Requerimento de Informação nº 600/2000, de autoria do Senador Carlos Wilson.

Atenciosamente, – **Rodolpho Tourinho Neto**,
Ministro de Estado de Minas e Energia.

Ofício SCW – Nº 001/2001

Brasília, 6 de fevereiro de 2001

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. José Mário Miranda Abdo
Diretor-Geral da Agência Nacional de
Energia Elétricas – ANEEI
Brasília – DF

Senhor Diretor-Geral,

Sirvo-me do presente para informar a V. S^a que acabo de propor à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal que promova, junto ao TCU, auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, com vistas a apurar eventuais irregularidades constatadas pela própria Eletrobrás, por meio de seu Presidente Firmino Ferreira Sampaio Neto, na condução e execução do contrato firmado em 14-2-2000, com recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR) entre aquela empresa estatal e a Celpe, e concernente à eletrificação rural de Pernambuco.

Dada a competência fiscalizadora legal atribuída à agência titularizada por V. S^a (Aneel), pela Lei nº 9.427/96, encareço-lhe a necessidade da adoção imediata das medidas cabíveis ao caso.

A propósito, remeto-lhe, em anexo, a resposta do Presidente da Eletrobrás ao Requerimento de Informação nº 600/2000, enviado, pelo Senado Federal, ao Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, em 30-12-2000, contendo maiores detalhes técnicos sobre a matéria.

Atenciosamente, Senador **Carlos Wilson**.

CTA – PR – 9840/2000

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2000

Ao Senhor
Marcelo Silveira Tognozzi
Assessor Chefe
Assessoria Parlamentar
Ministério de Minas e Energia
Brasília – DF

Senhor Assessor Chefe,

Em atendimento ao Ofício nº 181/2000 – ASPAR/GM/MME, de 1º-12-2000, que nos encami-

nhou o Requerimento de Informação nº 600/2000, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Wilson, temos a informar o que se segue.

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS firmou com a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, em 16-12-1999, o contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF – 1.951/99, no valor de até R\$34.649.410,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo,” do Ministério das Minas e Energia, exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, com base na comprovação dos gastos efetuados no programa e em seu avanço físico, recursos que totalizam R\$21.481.941,00, os quais representam 62,5% do valor do financiamento concedido.

Com recursos do programa, até então, foram ligadas 22.176 propriedades/domicílios rurais, das 36.000 previstas contratualmente, construídos 4.653 Km de redes, em alta e baixa tensão, e implantados 61.574 postes equipados, com 4.233 transformadores de distribuição.

Posteriormente, a Eletrobrás firmou com a Celpe, em 11-2-2000, novo contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF – 1.983/00, no valor de até R\$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa “Luz no Campo,” exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-2000, a parcela de assinatura prevista contratualmente, no valor de R\$8.223.062,00, equivalente a 10% do valor do financiamento concedido, sem que a mesma tenha, ainda, prestado contas de sua aplicação.

O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demonstra que aquela empresa não vem realizando as metas contratuais desde março do corrente.

Em vista disso, esta Companhia realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do Programa.

A Celpe apresentou uma série de alegações de ordem jurídica e financeira, originadas com o processo de privatização, principalmente a impossibilidade

do Estado autorizar a utilização da alíquota anual de 2% da receita líquida, prevista no contrato de venda das ações para amortização do empréstimo dos recursos da RGR, por um período superior ao mandato dos atuais governantes.

Essa dificuldade não se apresenta para os demais Estados. Em termos globais, o Programa "Luz no Campo" assegurou, para as 37 concessionárias que firmaram contratos de financiamento com a Eletrobrás, recursos no montante de R\$1,5 bilhão para utilização até o ano 2002, dos quais já foram liberados R\$178,6 milhões.

Até o fim do mês de outubro já haviam sido ligados 98.972 novos consumidores, existindo ainda outros 122.668 com as obras já em execução.

Esses números demonstram que o andamento físico das obras e os recursos já liberados estão compatíveis, apresentando um percentual de realizações em torno de 10% do Programa total.

Colocamo-nos à disposição de V. S^a para quaisquer esclarecimentos adicionais, porventura entendidos necessários.

Atenciosamente, – **Firmino Ferreira Sampaio Neto**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para saldar uma dentre outras muitas dívidas que tenho para com o exercício do meu mandato – e que poderiam ser justificadas não apenas pela minha incapacidade pessoal, mas por um certo atabalhoamento que sentimos quando, por exemplo, depois de manobras para lá e para cá, 24 medidas provisórias são aprovadas em uma só sessão do Parlamento –, de veria falar hoje, por exemplo, a respeito do que está acontecendo agora com o início da gestão do novo Presidente dos Estados Unidos, o "Bushinho", o filho do outro, o "Bushão".

O que estamos presenciando lá, no "Reino da América do Norte", é uma troca de guardas que se fez por meio de um processo eleitoral, mas em um país que reduziu a grande dimensão do conceito de democracia a algo simples, unidimensional, pobre: democracia para eles é apenas eleição. Desse modo, se existem eleições livres – livres debaixo de carradas de dinheiro e pressões fantásticas –, as eleições são livres para aquelas cabeças acrílicas norte-americanas. As eleições se desmoralizaram, mostrou-se no último pleito que não se sabe quem ganhou, qual dos dois – e os dois se parecem muito um

com o outro: a mesma cabeça desprovida de grandes substâncias, os dois com o mesmo programa, perdidos diante do que está acontecendo no capitalismo mundial e agora, cada vez mais, nos Estados Unidos.

Gostaria de estender este meu discurso nesse sentido, mas não vou fazê-lo. Gostaria, no entanto, de fazer um alerta apenas para aquilo que Presidente Bush acaba de fazer. A assessoria econômica de que ele se cerca afirma que o neoliberalismo não deu certo nem nos Estados Unidos e que é preciso voltar ao desequilíbrio orçamentário, acabar com esse déficit primário do orçamento e fazer grandes despesas, principalmente no setor bélico, como tenho falado, repetido à exaustão, **ad nauseam** aqui e na universidade de onde vim.

O capitalismo nunca viveu longos períodos sem déficit, sem gastos do governo, sem a complementação da despesa do governo – isso numa sociedade que elimina, que diminui, que minimiza a capacidade de compra e de consumo de grande parte da população. E diante de trabalhadores marginalizados, trabalhadores explorados, espoliados, sem capacidade de consumo, o governo tem de vir para suplementar a demanda efetiva e fazer mover a atividade econômica num nível razoável de emprego, de produção e de lucro principalmente.

De modo que, então, agora, os Estados Unidos, que haviam prometido há pouco tempo que no ano 2012 não haveria mais dívida pública, que se entraria, portanto, num período enorme de doze anos de superávit orçamentário, já desistiram, já viram que é impossível isso. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na página 242 do seu livro intitulado "As Idéias e seus Lugares", afirma que é impossível equilibrar o orçamento e pagar a dívida externa.

Pois é a essa conclusão que os Estados Unidos chegaram agora, depois que o FMI e esses rapazes formados e deformados nas universidades norte-americanas haviam imposto à sociedade brasileira.

Mas só agora o FMI publica um documento onde fala que não acreditava no êxito do Plano Real em 1994, que não dava sequer quatro meses de vida para o Plano Real. O Presidente da República não acreditava no Plano Real, porque este propõe e nos impõe algo impossível. E agora o Presidente Bush declara, por meio dos seus assessores de primeiro time, do mais alto nível, que também não será mais tentado nos Estados Unidos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu que é impossível pagar a dívida externa e equilibrar o orçamento. Mas a nós, brasileiros, im-

põe-se o impossível. Temos que fazer o impossível. E o FMI não acreditava que nós, brasileiros, iríamos suportar uma dose cavalgar, desumana, de marginalização, de exclusão, de destruição da indústria nacional, de abertura do mercado.

No momento, estamos brigando por causa da Embraer, para exportarmos um pouco mais para o Canadá, quando nós, brasileiros, elevamos a dívida externa a US\$270 bilhões importando de tudo. Agora estamos lutando para exportar e considerando uma questão de honra nos colocarmos diante das restrições que o Canadá impõe à carne brasileira

Não poderia deixar de tocar nesse assunto, porque ele é o sintoma de que também os Estados Unidos perceberam que o que está acontecendo lá não é questão de 0,25 a mais ou a menos de taxa de juros e de taxa de câmbio. É nesse sobe e desce que se esgota o saber, a sapiência desses repórteres econômicos e desse jornalismo de décima categoria. Subiu tanto, desceu tanto e desceu porque a Sr^a Lewinsky não agiu como Clinton queria que ela agisse, ou seja, trazem as mais estapafúrdias explicações a respeito das oscilações das bolsas especulativas.

Existe, portanto, algo de muito mais grave e muito mais profundo na economia capitalista brasileira e mundial, já que se encontra esgotado o modelo, a dinâmica Keynesiana em que, durante mais de 50 anos, o governo se baseou para incorrer em déficit orçamentário e gastar. E gastar onde? John Maynard Keynes, o reinventor dessa dinâmica afirma: "Gastar em qualquer coisa." O governo deve gastar em atividades completamente dissipadoras. Deve gastar na feitura de estradas, de pirâmides em Salisbury Plain, como dizia ele, e principalmente em guerras.

Agora o Sr. Bush redescobre esses gastos como necessários a impedir que a economia norte-americana se aprofunde na crise que já está presente. É preciso, então, que com Gar Asperovitch, o Presidente da Comissão para o Futuro, nos Estados Unidos, e tantos outros, percebam que se o gasto, a dívida pública, o déficit orçamentário é realmente maléfico, é um remédio maléfico para um sistema esgotado, pernicioso, pois depois de desenvolver as forças produtivas, passa a desenvolver as destrutivas, produzindo, entre outras coisas, 344 guerras, entre 1740 e 1974, e 87 guerras internacionais, de acordo com Eric Robsbawn, de 1840 a 1960. Portanto, esse é um sistema que vive e sobrevive, é estimulado por dívida pública, inflação e guerra.

E foi apenas para não aumentar a minha dívida que entrei por esse assunto que me tomou quase

todo o tempo. Mas não poderia deixar de falar a respeito de um projeto que veio do Executivo e foi aprovado nesta Casa. Fiquei perplexo em ver alguns colegas nossos contrários àquela proibição de propaganda de cigarro e fumo, afirmando – não sei sob quais argumentos – que a propaganda de cigarro e fumo não são nocivas porque o tabagismo não é um vício e não faz mal à saúde.

Fiquei calado e peço desculpas a todos os meus parentes – ao meu pai e a quatro tios – que morreram de enfisema devido ao cigarro. Eu escapei e os médicos que viram o meu coração e que examinaram o meu organismo foram unânimes em dizer que eu já teria morrido há 12 anos se não tivesse parado de fumar, como fiz, em 1976.

Entre outros argumentos, ouvi um colega nosso dizendo que deixar de fumar é uma brincadeira, já que o fumo não é vício, e que ele havia deixado de fumar sem o menor sacrifício. Não é verdade. Sou testemunha ocular dessa história. Fui vítima do cigarro. Meu pai morreu com enfisema devido ao cigarro e quatro irmãos dele também tiveram o mesmo destino pela mesma causa. O cigarro mata.

Assim, sabendo que um dia talvez fosse parar de fumar, fui estudando a maneira pela qual poderia me livrar desse vício infernal, letal, mortal, que é o tabagismo. Cheguei a fumar dois, três maços de cigarro por dia.

Lembro-me que um dos meus tios, que teve um câncer em seu pulmão devido ao cigarro, dizia que nem pensava em deixar de fumar. Ele dizia que era fiel, tinha hombridade, dignidade, e por isso não ia deixar de fazer algo que fizera a vida inteira: fumar. Ou seja, ia continuar fumando por coerência. Como não tenho essa coerência, sofri como "pé de cego" para deixar de fumar e com isso ter uma sobrevida de pelo menos 12 anos. Sobrevi 12 anos porque parei de fumar em 1976, quando me encontrava na Inglaterra, na tranquilidade inglesa, fugido das ameaças que me faziam neste País.

Naquele país, desenvolvi um método para deixar de fumar. Já havia percebido que quando eu ia à Pousada do Rio Quente, naquela tranquilidade morna e gostosa, em vez de dois maços por dia, eu fumava, sem perceber, sem fazer força, apenas dois cigarros por dia. E dizia, brincando, que morto não fuma, que quem está dormindo também não fuma. Então, para deixar de fumar, eu tinha que me aproximar da tranquilidade, da calma que temos quando estamos dormindo – e não fumamos nessa ocasião, pois quem tentou fumar na cama acabou queimando o colchão.

O que percebemos é que quanto mais tranquilidade, quanto menos agitação, menos impulso a nossa cultura nos fornece para fumar.

Os índios fumam, mas o fumo para eles é um ritual. Eles têm uma preparação longa do fumo e usam-no, por exemplo, no "cachimbo da paz", um cerimonial que ocorre de vez em quando.

O capitalismo transformou o cigarro numa mercadoria e quer empurrá-lo, por meio da propaganda, no pobre do consumidor, consumido por tantas coisas, inclusive pelo fumo.

Agora, trazemos o veneno no bolso das roupas. O fumo foi transformado em veneno. Sua origem vem dos índios americanos que o utilizavam em seus cerimoniais. E nós estamos, compulsivamente, neuroticamente, a todo momento, acendendo um cigarro.

Então, o conselho que dou àqueles que querem deixar de fumar é seguir o meu exemplo. Fumando dois ou três maços de cigarro por dia, consegui livrar-me completamente do vício. Desde uma sexta-feira de 1976 – minha mulher sabe o dia – nunca mais fumei cigarro algum na minha vida. Na segunda-feira seguinte, estava indo para a universidade e minha esposa me pediu que fosse com ela fazer umas compras no supermercado. Quando a ajudava a encher o carrinho, senti uma tontura. Por que essa tontura? Porque, desde a sexta-feira, eu estava oxigenando de mais o meu organismo, já que não estava fumando. Eu sabia que se fumasse na quele momento a minha tontura iria passar, mas o meu vício estaria presente. Voltei para casa e me deitei. Apliquei em mim uma auto-hipnose, para que a tranquilidade, a passividade, a paz atuassem sobre o meu impulso, o meu vício de fumar sem parar.

E deixei de fumar tomando café, para não fumar depois do café, que é um momento em que o capeta atenta, o diabo está ali dando-nos vontade de fumar. De vez em quando, eu passava em um **pub** para tomar um copo daquela cerveja quente da Inglaterra, para não fumar depois da cerveja. Assim, se um dia eu tomasse café ou cerveja, não cairia na tentação e não retornaria ao vício. É preciso deixar de fumar depois do café e depois da cerveja. E deve-se recorrer à auto-hipnose, à sedação.

Durante dois meses senti uma dor horrorosa na braço e aqui do lado esquerdo. E as palavras não saíam. Eu era professor, tinha que dar aula e as palavras não saíam. A angústia era fantástica, e o tremor nas mãos me impediam até de ler e de escrever.

Aqueles que deixam de fumar brincando, dizendo que não é um vício é porque, de acordo com o meu

tio, eles não têm caráter, não fumaram realmente, não foram fiéis ao cigarro durante muito tempo, talvez não tenham nem tragado.

De modo que não poderia ficar em silêncio sobre este projeto que veio do Executivo, porque estaria desrespeitando a memória dos meus parentes, heróis anônimos, fuzilados pelo cigarro, queimados pelo cigarro e com o cigarro. É um dos piores vícios que a humanidade desenvolveu e é impulsionado, obviamente, pela propaganda e pela publicidade.

É pela crise que ameaça a indústria do fumo, que ameaça a indústria do cigarro, pelas proibições de se fumar em diversos recintos, é pela crise que ameaça a indústria automobilística e tantas outras nesta crise do capitalismo, que a publicidade hoje é o setor de maior volume de investimentos no mundo. Superou até os setores bélico e espacial em gastos. Os empresários individuais, os comerciantes recorrem à publicidade na tentativa de se livrar da crise, de vender mais, de ampliar ou impedir a contração do mercado, do número de fregueses, do volume de vendas e da receita.

Há, agora, esta lei que proíbe a propaganda e a publicidade pelo menos em relação a este produto tático, mortal, letal, destruidor que é o cigarro.

De modo, que desejo que a humanidade se livre também deste vício capitalista, porque entre os índios não era vício, era ritual. O fumo não matava índio algum. A rainha da Inglaterra, por exemplo, é uma das grandes acionistas talvez da maior empresa de cigarro do mundo. E uma ascendente da rainha quem começou a fumar, há alguns séculos, e tornou moda essa desgraça que é o cigarro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. Se por acaso V. Ex^a tiver o hábito de fumar, desejo que deixe de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Já deixei de fumar há muito tempo, Senador Lauro Campos. Concordo plenamente com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, antes de entrar nos dois temas que vou tratar nesta manhã, registrar a importância do discurso do Senador Lauro Campos e dizer também que, como ele, não sou fumante, o Senador Carlos Wilson também não é, portanto, estamos hoje aqui num plenário de não fumantes, o que é um exemplo importante para o restante do País.

Quero fazer dois registros nesta manhã, Sr. Presidente, que considero importantes. O primeiro deles diz respeito à solenidade ontem realizada na Câmara dos Deputados, no plenário do Congresso, sobre o Dia do Aposentado. Não usei da palavra naquela oportunidade, mas fiz questão de tratar do tema hoje, por entender que o aposentado no Brasil ainda está distante de receber aquilo que lhe é de direito, de receber o respeito que o País lhe deve.

Em outros países desenvolvidos, o aposentado ou o indivíduo que chega, como se costuma dizer, na terceira idade, tem recebido especial atenção da área da saúde, do lazer e do turismo, assim como na área própria da atividade econômica, reinserindo-onas atividades que geram renda. No Brasil, infelizmente, essa realidade não é verdadeira. O aposentado no Brasil, hoje, recebe uma aposentadoria, na maioria das vezes, ínfima, que não lhe dá condições de sustento. Depois, não há um atendimento específico—inclusive notocante ao fornecimento de medicamentos, como existe em alguns países do mundo—para a manutenção de sua saúde. É bem verdade que vale a pena registrar o esforço do Ministro José Serra no tocante à implantação dos medicamentos genéricos para, dentro dessa política, atender um segmento importante, que é o segmento dos mais idosos, dos aposentados. Mas, tirando esse esforço, não há, na verdade, uma política de reinserção do aposentado na atividade econômica ou em programas sociais específicos.

Portanto, ao registrar essa solenidade ocorrida na Câmara dos Deputados, quero também apelar para o Governo Federal, principalmente para o Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que entabulem programas e definam políticas que possam reforçar a ação do aposentado na economia e na vida do País. Temos hoje, por exemplo, pessoas aposentadas aos 50, 55 anos, portanto em condições de contribuir com a atividade econômica, que, muitas vezes, são colocadas à margem do processo produtivo, deixando de dar a sua contribuição para o crescimento da nossa terra.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Antes de entrar no segundo assunto, concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Quero parabenizar V. Ex^a e me associar à homenagem que está prestando hoje aos aposentados do nosso País. Também acompanhei ontem, rapidamente, pela televisão,

a sessão de homenagem aos aposentados que a Câmara realizou. Pude sentir o entusiasmo e a presença dos aposentados, o que significa que eles reconhecem que o Parlamento brasileiro é solidário com a questão dos aposentados no País. V. Ex^a toca com muita propriedade na questão da escassez de atendimento para os aposentados. O aposentado em nosso País ainda é tratado, infelizmente, de forma bastante desatenciosa por parte do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. Hoje, o aposentado, que não mais chamamos de terceira idade, mas de boa idade ou de melhor idade, poderia estar curtindo essa fase da vida com programas de lazer, com um salário decente, mas, na verdade, sofre muito a falta de assistência. Mas, tenho certeza, é confortador para eles ouvir o discurso de um jovem Senador, como o Senador Romero Jucá, prestando-lhes uma homenagem. Eu não poderia deixar de fazer este aparte e de me associar a todas as homenagens prestadas. Entretanto, não podemos ficar apenas nelas. Penso que é tempo de este Congresso se posicionar, votando leis que efetivamente possam melhorar a situação do aposentado em nosso País. Parabéns, Senador Romero Jucá!

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço, Senador Carlos Wilson, o aparte de V. Ex^a. Sem dúvida nenhuma, Senador Carlos Wilson, como bem disse V. Ex^a, o aposentado ou a pessoa idosa, hoje denominada de melhor idade pelo menos em alguns países do mundo, precisa realmente ser reconhecido dentro desse aspecto também em nosso País.

Para tanto, pretendo, na próxima Legislatura, na Comissão de Assuntos Sociais, tratar muito da questão do aposentado, inclusive propondo a criação de uma subcomissão para levantar toda a legislação referente ao assunto no Brasil e verificar que tipo de programas sociais podemos fazer para eles. Quero, desde já, convocar V. Ex^a para dela fazer parte, já que é tão sensível às questões sociais brasileiras, a fim de que possamos tratar desse tema naquela Comissão.

O segundo assunto que queria tratar rapidamente, Sr. Presidente, é simplesmente registrar a firmeza do Presidente Fernando Henrique e do Governo na questão da crise do Canadá, que, usando como bode expiatório a questão da carne brasileira, na verdade em bu te não só a questão da Embra er e da Bombardier, como se fala, mas a própria questão da criação da Alca, em que o Canadá, os Estados Unidos e o México têm forçado o Brasil e a Argentina a ela aderirem.

Quero registrar a firmeza, como disse, do Presidente Fernando Henrique, que ontem foi enfático e categórico, estabelecendo inclusive um prazo ao governo canadense para se colocar e se explicar. Mais do que isso, quero registrar a posição do Ministro da Agricultura Pratini de Moraes e do Congresso Nacional, porque ontem os Presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, definiram uma comitiva de Deputados e Senadores que irão ao Canadá marcar a posição do Governo brasileiro. Os Senadores escolhidos foram Osmar Dias, Jonas Pinheiro, que tratam especificamente da questão agrícola, e Iris Rezende, ex-Ministro da Agricultura. Esta Casa não poderia estar melhor representada.

Com essa posição adotada pelo Governo brasileiro e o Congresso Nacional, tenho certeza de que, primeiro, esse assunto será revertido, demonstrando que o Brasil agiu de forma correta e que o Canadá foi precipitado e irresponsável em fazer uma acusação como aquela. Mais do que isso, o Brasil está ativo e ditará as normas e os tempos necessários de qualquer aproximação do Mercosul com a Alca.

Portanto, quero registrar esse posicionamento, a coragem e a firmeza do Governo brasileiro e do Congresso Nacional e afirmar que estaremos vigilantes e não deixaremos acontecer fatos como esses que denegriram o País e causaram prejuízos enormes não só aos produtores de carne do Brasil, mas à imagem de exportador do Brasil perante todos.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Estou apartando pela segunda vez o discurso de V. Ex^a, porque, na verdade, aborda dois temas muito importantes: a questão dos aposentados, no início do seu discurso, e agora a crise Brasil-Canadá no que se refere à exportação de carne. Entendo e reconheço a posição firme adotada pelo Governo do Brasil, especialmente do Presidente Fernando Henrique, ontem, quando disse que guerra é guerra e que está pronto para enfrentar essa situação com muita altivez. Agora, não entendo, pois, na verdade, o Canadá tem um superávit no que se refere a exportações. O Canadá vende mais ao Brasil do que o inverso, ou seja, existe um superávit de mais de US\$500 milhões a favor do Canadá. Então, a posição firme que deveria ser adotada, Presidente Ademir Andrade, seria no sentido do Brasil suspender imediatamente todas as importa-

ções não prioritárias. Há importações ridículas. Não posso admitir que um País grande e agrícola, como o nosso, importe pato do Canadá. Tem pato canadense aqui no nosso País. São produtos supérfluos, que não possuem a menor necessidade, mas o Brasil os importa. É preciso também que o povo brasileiro tenha a consciência de valorizar mais os nossos produtos. A diferença atual da nossa balança comercial seria a grande resposta do Governo brasileiro ao Canadá. Associe-me ao seu discurso, porque considero que o Congresso Nacional mostrou aqui, com muita firmeza, a sua participação. Há cinco ou seis dias, o assunto da vaca louca tomou conta praticamente de quase todos os discursos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em uma boa hora, os Presidentes Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer resolveram constituir essa comissão para nos representar no Canadá nessa mesa de negociação. Foi também destacada por V. Ex^a a representatividade dos nossos colegas designados, Senador Iris Rezende, ex-Ministro da Agricultura, e dois outros Senadores, Osmar Dias e Jonas Pinheiro, que são estudiosos do assunto e foram Secretários de Agricultura nos seus Estados. Portanto, hoje, o Brasil está mostrando um importante sentimento de união em defesa das causas de interesse do nosso País. Mais uma vez, parabéns a V. Ex^a pela oportunidade das colocações e dos discursos que têm sido feitos em defesa do nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço ao Senador Carlos Wilson o aparte.

Para encerrar, Sr. Presidente, registro a posição firme adotada pelo Governo brasileiro. Sem querer fazer trocadilho, Senador Carlos Wilson, quero dizer que o Brasil não pode "pagar este pato"; quem deve fazê-lo é o Canadá. Portanto, o Governo brasileiro tomou as medidas cabíveis. Ontem, o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, chamando empresas canadenses interessadas no setor das comunicações no Brasil, avisou que o Governo brasileiro não aceitará qualquer tipo de retaliação do governo ou de empresas canadenses nessa questão das exportações brasileiras.

Como bem frisou V. Ex^a, o Canadá hoje tem superávit na sua balança. Portanto, nessa guerra, quem tem o que perder é o Canadá. Não obstante, isso talvez seja um aviso para mostrar que temos que substituir as nossas exportações e ter uma política de produzir aqui o que precisamos, a fim de evitar que a balança comercial brasileira fique deficitária da forma como se encontra hoje, o que talvez seja o grande

óbice na política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Tenho, portanto, a satisfação de fazer esse registro da posição tomada pelo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso e, também, pelos Presidentes Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, que deram, assim, uma demonstração de que o Congresso brasileiro está ativo e ativo na defesa dos interesses do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 17/01

Brasília, 31 de janeiro de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Dr. Benedito Dias, como titular e o Deputado José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 2.138-3, de 26 de janeiro de 2001, que "Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2001

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, o seguinte pedido de informações:

Se existe, na execução do contrato para implantação do Sivam, a cargo da empresa Raytheon, fornecimento de equipamentos, materiais ou a prestação de serviços de qualquer natureza pela empresa Bom-

bardier Inc., do Canadá, ou qualquer das suas subsidiárias, seja no próprio Canadá, seja em qualquer outro país, nomeadamente as seguintes, sem prejuízo de qualquer outra: Bombardier Internacional, Bombardier Credit Ltd. (Canadá), Bombardier Credit Inc. (Estados Unidos), Bombardier-Wien Schienenfahrzeuge AG, (Áustria), Bombardier-Rotax GmbH (Alemanha/Áustria), Canadair (Canadá), Short Brothers plc, (Irlanda do Norte), Learjet Inc. e Learjet Corporation (Estados Unidos), Beechcraft Corp. (Estados Unidos), Procor Engineering Ltd ou Bombardier Prorail Ltd. (Reino Unido), de Havilland e de Havilland Inc. (Canadá), International Nacelles Systems EEIG (aí incluída a Hurel Dubois, da França), Shorts Missile Systems, Business Jet Solutions (Bombardier e AMR Combs dos Estados Unidos), Flexjet Program, Bombardier Services, Innotech Aviation Inc. (Doval, Canadá), Skyjet. com.

Justificação

O Governo brasileiro executa, na Amazônia, o projeto do Sivam, estratégico para a segurança do país, para o combate ao tráfico de drogas e para a preservação da soberania nacional em toda aquela região.

O projeto envolve a aplicação de bilhões de dólares, tendo sido contratada a Raytheon para a sua execução.

A Raytheon mantém, em várias partes do mundo, estreitas relações de negócio com a Bombardier, sendo incerto se existe ou não participação acionária importante de uma empresa no capital da outra.

Exemplo dessa associação de interesses é o projeto Astor (Airborne Standoff Radar), que é o sistema de vigilância aérea do Ministério da Defesa do Reino Unido, que pretende obter imagens do solo dia e noite, em quaisquer condições atmosféricas, e que foi contratado a um custo estimado de US\$ 1 bilhão e 200 milhões de dólares norte-americanos, e que será executado pela Raytheon Systems Limited (RSL), conjuntamente com a Bombardier-Shorts, Marconi, Motorola, Raytheon Systems Company e Ultra and Cubic. Além de outros fornecimentos em materiais e serviços, o Astor vai adquirir dos fornecedores contratados aeronaves Bombardier Aerospace Global Express.

Hoje, são amplamente conhecidas as dificuldades de relacionamento entre o Brasil e o Canadá, que degradaram severamente os padrões de confiança do nosso país em relação ao Canadá, oriundas da conduta do governo canadense, que resolveu levar às

últimas conseqüências a sua decisão de proteger a qualquer custo a empresa Bombardier.

Havendo no mundo, como há, fornecedores alternativos para quaisquer dos equipamentos e serviços eventualmente produzidos pela Bombardier ou pelas suas subsidiárias e associadas, é natural que não interesse ao Brasil contribuir, mesmo mínimamente, para fortalecer a um grupo empresarial que, no propósito de prejudicar o Brasil, não tem observado qualquer limite e, muito menos, delegar-lhe qualquer confiança em assuntos que digam respeito à nossa segurança.

Brasília, 9 de fevereiro de 2001. – Senador **Gerardo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andade) – O requerimento lido será despachado à Mesa, nos termos regimentais. Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romeu Tuma e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem a conjugação de 380 eventos festivos realizados com participação do poder público foi suficiente para expandir a todos os recantos da cidade de São Paulo a festa comemorativa de seu aniversário, dia 25 último. Pudera! Possui ela 1.509 quilômetros quadrados de edificações recortados por dezesseis mil quilômetros de vias públicas, onde vivem e trabalham dez milhões e quatrocentos mil brasileiros, depois que 447 anos de feitos históricos a transformaram numa das três maiores metrópoles do mundo. Da mesma forma, nem os cadernos especiais publicados pelos principais órgãos da imprensa diárial local e as extensas reportagens de rádio e TV bastaram para mostrar a saga da cidade e sua gente, tantos e tão grandes são os problemas que enfrentam.

Mas, dia 25, os paulistanos procuraram esquecer esses problemas para se dedicarem ao que mais gostam: demonstrar seu amor e seu orgulho por São Paulo. E repetiram, assim, a comemoração da data que, em 1554, foi marcada pela inauguração do colégio de São Paulo de Piratininga. Desta vez, a missa solene celebrada por Sua Eminência Reverendíssima, Dom Cláudio Hummes, Arcebispo de São Paulo, no Parque de Exposições do Anhembi, teve a participação de duas mil pessoas, entre elas S. Ex^{as}, o Governador em exercício, Dr. Geraldo Alckmin, e a Prefeita Marta Suplicy. Senti, como todos os presentes, a

tristeza motivada pela ausência do ilustre Governador Mário Covas e, com eles, orei pela recuperação desse notável homem público e amigo, que mesmo atingido por grave enfermidade, continua mostrando sua força interior, seu caráter admirável e seu amor à causa pública.

No bairro da Bela Vista, mais conhecido por Be-xiga e que fica na região central da cidade, como acontece desde 1985, quatro segundos bastaram para que cerca de mil pessoas dessem sumiço num bolo de 222 metros e 60 centímetros de comprimento. Um bolo que consumiu, em oito dias de trabalho, três mil quilos de farinha, cinquenta quilos de fermento, 750 quilos de açúcar e 14.500 ovos.

Desde a madrugada anterior, no Parque de Água Branca, o Movimento Upa realizava uma vigília pela paz, com festival folclórico, gincanas e atividades artísticas. Às 8h30, no Parque Ibirapuera, disputou-se o 4.º Troféu da Cidade de São Paulo, uma minimaratona de 10 quilômetros, com a participação de quatro mil corredores. Em outros locais, havia exposições de obras de arte e livros, "shows" com artistas populares e espetáculos de teatro. No Memorial do Imigrante, o 3.º Encontro de Automóveis Antigos reuniu relíquias levadas por colecionadores e, em seguida, foi realizada a 2.ª Corrida Maluca, com pilotos e co-pilotos em roupas de época, percorrendo 28 quilômetros de ruas e avenidas da cidade. Enquanto isso, 150 mil pessoas assistiam ao "show" de Roberto Carlos em homenagem à cidade, também no Ibirapuera. Entre os fãs, nosso insigne colega, Senador Eduardo Suplicy, e sua ilustre esposa, a Prefeita paulistana, ao lado da apresentadora de TV Hebe Camargo.

Na véspera, foram acesos os 44 lam-piões a gás restaurados no entorno do Pátio do Colégio, que recuperou ares do início do século passado. O carinho paulistano por essa praça pública decorre do fato de, ao chegar de São Vicente, há 447 anos, o Padre Manoel de Paiva, jesuíta como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, também presentes, ter ali celebrado a missa de inauguração da Casa dessa Ordem religiosa. Uma Casa depois transformada em Colégio e que obteve, professor, catequista, poeta, lingüista, teatrólogo, médico, pregador, confessor, provincial, diplomata e fundador de cidades, Padre José de Anchieta, transformou em pólo irradiador da paulicéia. Uma toscana casa de taipa que materializou o sopro de vida dado a minha querida São Paulo de Piratininga, de onde partiram indômitas Bandeiras para derrubar as imposições do Tratado de Tordesilhas, desbravando

rios, serras e matas até nos legar este País portentoso e belo.

São Paulo deve sua pujança econômica às sucessivas levas de imigrantes que a escolheram para trabalhar e constituir família. Nela encontramos gente vinda de quase todos os cantos da Terra, assim como de quase todos os Estados brasileiros. Surge agora um aspecto inusitado: a região metropolitana está cada vez mais baiana. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, feita de 1992 a 1999, o número de baianos que moram na região cresceu cerca de vinte por cento, ou seja, duzentos mil pessoas. No mesmo período, a população nascida no Estado de São Paulo cresceu doze por cento. Pelo mesmo levantamento, publicado pela **Folha de S. Paulo**, verifica-se decréscimo significativo na participação mineira na migração para aquela região metropolitana. O número de habitantes nascidos em Minas Gerais caiu de sete por cento. Em 1992, os mineiros representavam o maior grupo de migrantes, com um milhão e seiscentos mil moradores. Em 1999, eram 938 mil.

Ainda segundo o Datafolha, 45 por cento dos habitantes da capital paulista nela nasceram, enquanto onze por cento são naturais da Bahia, sete por cento vieram de Minas e seis por cento são pernambucanos.

A cidade entra no Terceiro Milênio com números e problemas à altura de suas dimensões. Por exemplo, o trânsito caótico impõe-lhe quase diariamente congestionamentos de mais de cem quilômetros, no espaço disputado por uma frota de cinco milhões de veículos, entre eles mais de dez mil ônibus e 33 mil táxis. Uma esperança de melhoria está na inauguração, ainda este ano, do primeiro trecho do Rodoanel, ligando cinco rodovias; outra, na expansão do Metrô.

Dez mil toneladas de alimentos frescos são comercializados por dia em mil supermercados, 950 feiras livres e 25 sacolões. Calcula-se que, só nas feiras, perdem-se 1.032 toneladas de alimentos, no mesmo período.

Embora em vias de transformar-se em centro prestador de serviços, a capital paulista ainda possui 27.382 indústrias, além de 71.254 estabelecimentos comerciais. Os de serviços somam 89.191. Dispõe também de cinquenta "shoppings centers", 63 teatros, 197 cinemas, 33 bibliotecas e 29 museus.

No reverso, encontramos 612 favelas, segundo o IBGE, ou 1.905, segundo a Prefeitura. E 8.706 moradores de rua, 64 por cento dos quais vindos de outros Estados, de acordo com o censo realizado pela

Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, no ano passado.

Mas, sem dúvida, o problema que mais aflije os paulistanos é a insegurança, a violência que campeia por todos os bairros. Tanto que, segundo o Datafolha, de nove por cento dos moradores dariam, se pudessem, mais segurança como presente de aniversário à cidade. O item "mais trabalho e emprego", também como hipotético presente, ficou em segundo lugar, com dez por cento dos entrevistados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sei da preocupação geral desta Casa com as questões que angustiam a população ordeira e trabalhadora de minha cidade natal, mesmo porque, devido às próprias características históricas, é ela a maior vitrina, a maior amostragem do que se passa em nosso País. Mas, também por causa dessas características, creio firmemente continuarem presentes todas as condições de índole e determinação necessárias a São Paulo para continuar no rumo de progresso e grandiosidade que escolheu há 447 anos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, o flagelo do desemprego é um espectro que atormenta uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, mas, no contingente dos obreiros em inatividade forçada, os que se encontram em pior situação, inequivocamente, são os desempregados sem qualificação.

Consciente dessa dura realidade, o Governo do Estado do Tocantins investirá, até o final deste exercício, na educação profissional e na qualificação de mão-de-obra.

De fato, serão aplicados um milhão e meio de reais na educação e qualificação profissional de quinze mil trabalhadores, em cento e vinte e dois municípios tocantinenses. Serão contemplados os setores da administração pública, do comércio, da agropecuária, da educação, da indústria, dos serviços, do transporte e do turismo. Os recursos para esse feito são originários do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador, existindo contrapartida de vinte por cento por parte do Estado.

Temos conhecimento de que o Secretário do Trabalho e Ação Social do Tocantins, Homero Silva Barreto, fará um acompanhamento rigoroso da aplicação dos recursos em questão, a fim de que seja assegurado ao trabalhador, possibilidade de maior acesso ao mercado de trabalho, dando-lhe condições de gerar ou elevar seus rendimentos.

Em assim sendo, ao contrário do que tem ocorrido em algumas Unidades da Federação, no Tocantins, os recursos do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador vêm sendo exemplarmente geridos ensejando ao trabalhador condições de educação e qualificação profissional, sem o que estarão fechadas as portas que permitem acesso ao emprego.

Fazendo esse breve registro, desejamos nos congratular com o Governo do Estado do Tocantins

por essa importante iniciativa que beneficiará quinze mil trabalhadores.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

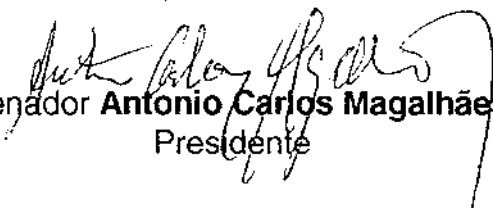
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 42 minutos.)

**Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 8 de fevereiro de 2001**

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois e um, às nove horas e trinta minutos, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Casildo Maldaner, 4º Secretário; e Eduardo Suplicy, 1º Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimentos nºs **668**, de 2000, de autoria da **Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o artigo sétimo do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, distribuiu anteriormente o requerimento ao Senador Casildo Maldaner para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Casildo Maldaner apresenta seu Relatório concluindo favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. O Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu, *Raimundo Carreiro Silva* (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 8 de fevereiro de 2001.


Senador **Antonio Carlos Magalhães**
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 124, DE 2001**

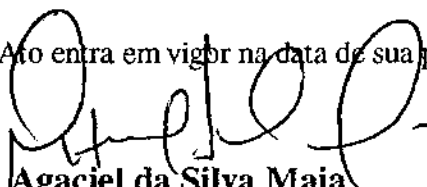
Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal, para o exercício de 2001.

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e com base no disposto no artigo 2º, do Ato nº 50, do **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, de 07 de outubro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II a este Ato, modificação da Modalidade de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada na Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

JUSTIFICATIVA

O remanejamento de crédito da Modalidade de Aplicação 90 - Aplicações Diretas para 72 - Transferências a Organismos Internacionais, tem como finalidade alocar dotação orçamentária que possibilite a sua aplicação no âmbito da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Órgão Representativo dos Parlamentos dos Estados Partes do Mercosul, processo 018843/99-9.

ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL							
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.122.0551.2000 - Manutenção de Serviços Administrativos 01.122.0551.2000.0255 - Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional			3.3.90.00	0	100	45.000	45.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		INVESTIMENTOS		TOTAL
45.000		0	45.000		0		45.000

ANEXO II

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL							
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.122.0551.2000 - Manutenção de Serviços Administrativos 01.122.0551.2000.0255 - Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional			3.3.72.00	0	100	45.000	45.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS				TOTAL
45.000	0	45.000	0				45.000

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1285, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015436/00-4,

RESOLVE dispensar o servidor **CYRO PEREIRA DA SILVA PORTOCARRERO**, matrícula 3798, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PSDB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2000.

Senado Federal, 06 de dezembro de 2000.

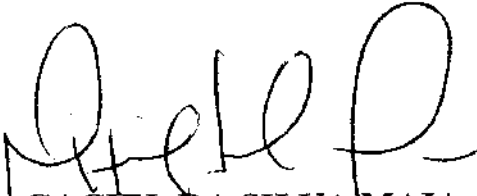

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1303, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015435/00-8,

RESOLVE dispensar a servidora ANNA CAROLINA R. DE L. CASTRO, matrícula 3082, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PSDB, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2000.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral